

**UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO**

**GABRIEL TIERRE**

**NORTEADORES DA TRADUÇÃO NA INSTÂNCIA  
POLÍTICO-GOVERNAMENTAL: A INFLUÊNCIA DO  
TRIBUNAL DE NUREMBERG NA FORMAÇÃO DOS  
INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS.**

**BAURU**

**2010**

**GABRIEL TIERRE**

**NORTEADORES DA TRADUÇÃO NA INSTÂNCIA  
POLÍTICO-GOVERNAMENTAL: A INFLUÊNCIA DO  
TRIBUNAL DE NUREMBERG NA FORMAÇÃO DOS  
INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Tradutor, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana Belam.

**BAURU**

**2010**

**GABRIEL TIERRE**

**NORTEADORES DA TRADUÇÃO NA INSTÂNCIA  
POLÍTICO-GOVERNAMENTAL: A INFLUÊNCIA DO  
TRIBUNAL DE NUREMBERG NA FORMAÇÃO DOS  
INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Tradutor, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana Belam.

**Banca examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Valeria Biondo  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof. Ms. Paulo Renato de Paula Frederico  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Patrícia Viana Belam.  
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 19 de novembro de 2010.

*Dedico esta pesquisa a meu pai Edison, que nunca mediu esforços para me prover a melhor criação, bem como formação pessoal e profissional, e também à minha mãe Olinda, mulher forte e dedicada, responsável por manter unidos os laços de nossa família.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a todos os meus familiares que me ajudaram nessa jornada e fizeram o possível para que eu superasse os obstáculos pelo caminho.

Gostaria de deixar expresso o meu agradecimento à minha prima Fabiana Longhi, que me apresentou o curso e me incentivou a cursá-lo. Agradeço imensamente à minha prima Lívia e seu noivo Guilherme, que me deram total apoio durante minha fase de transição para Bauru.

Em especial, gostaria de agradecer à Prof<sup>a</sup>. Dra. Marileide Dias Esqueda, por toda a dedicação, paciência, e pelo modo que marcou nossa vida acadêmica, símbolo de inspiração e admiração de alunos e professores.

Agradeço especialmente também à minha professora orientadora Ms. Patrícia Viana Belam, que sempre me auxiliou perante as dificuldades durante o curso e que sempre se dedicou ao máximo ao ministrar suas aulas.

Não poderia deixar de agradecer às professoras Valéria e Fátima, pelas agradáveis horas com quem passei, seja em sala de aula ou fora dela, a quem tenho muito carinho e admiração.

Agradeço ao Deus criador, pela oportunidade a mim conferida, e pela força e sabedoria necessárias para seguir em frente.

E, finalmente, agradeço a todos os meus amigos, irmãos inseparáveis, que foram as pessoas que mais me apoiaram e também todos que fizeram com que fosse possível a realização desse sonho.

## RESUMO

Com o advento da globalização e das relações internacionais, o intérprete de conferências tornou-se, no mundo atual, um profissional de grande importância para as relações entre os indivíduos internacionalmente. A forma que conhecemos de interpretação de conferências, mais especificamente a tradução simultânea, teve, em grande parte, origem durante o Tribunal de Nuremberg. Seus julgamentos, devido à diversidade de línguas envolvidas, só foram possíveis por intermédio dos primeiros intérpretes contemporâneos, que não dispunham de preparação formal. Em decorrência desses fatos, passou, então, a existir a necessidade de uma definição de norteadores mais claros para o desdobramento de competências e perfis do intérprete no âmbito político. Esta investigação configura-se como um estudo de caso, que tem como objetivo analisar a influência e contribuições do Tribunal de Nuremberg para a formação dos intérpretes contemporâneos, delineando as competências do intérprete que são necessárias para a atuação no âmbito político, descritas na literatura da área e por meio de relatos de tradutores e intérpretes, com base em Wyler (2003), Pagura (2003) e Magalhães (2007). Dessa forma, averiguamos a história do tradutor-intérprete e a origem da interpretação nos tempos modernos, além da história da interpretação no Brasil, em quais circunstâncias o Tribunal de Nuremberg foi realizado e em que influenciou na formação dos intérpretes contemporâneos, num âmbito geral e político-governamental.

**Palavras - chave:** Intérprete. Tribunal de Nuremberg. Contribuições. Instância político-governamental.

## **ABSTRACT**

The arrival of globalization and international relations established the conference interpreter, nowadays, as an essential professional for relations among the subjects internationally. What we know about conference interpreting, specifically the simultaneous interpretation is largely due to the Nuremberg Trials, and given the variety of languages involved, they were only possible to happen due to the early contemporary interpreters, who had no formal training. As a result, there was the need to outline a broad guide for the deployment of skills and profiles in a political context. The present study aims to analyze the interpreter skills - described in literature and through translators and interpreters reports - which are essential for acting in a political context, based on the influence of the Nuremberg Trials interpretation system. Therefore, origin of modern interpretation was ascertained the origin of modern interpretation, in addition to the history of interpretation in Brazil, and under what circumstances the Nuremberg Trials were performed and their contributions for the training of contemporary interpreters, in a general and political-governmental context.

**Key words:** Interpreter. Nuremberg Trials. Contributions. Political-governmental context.

## Lista de Ilustrações

Figura 1 - O banco dos réus e os membros do conselho de defesa durante o Julgamento dos Médicos. Nuremberg, Alemanha, 9 de dez. 1946 a 20 de ago. de 1947. ....	25
Figura 2 - Vista da seção dos intérpretes na sala do tribunal durante o Tribunal Militar Internacional. Nuremberg, Alemanha, 29 de março de 1946. ....	30
Figura 3 – Painel de controle.....	31
Figura 4- Fones de ouvido usados no Tribunal de Nuremberg .....	33
Figura 5 - Intérpretes operando uma máquina da IBM durante as seções do Tribunal Internacional Militar. ....	34
Figura 6- Joseph Maier, 1911, Leipzig, Alemanha .....	37
Figura 7– Gerald Schwab, 19 de junho de 1946. ....	37
Figura 8 - Prédio onde localiza-se a sede das Nações Unidas. ....	48
Figura 9 - Nicole Kidman no papel da intérprete Silvia Broome. ....	49



## **Lista de Tabelas**

Quadro 1- Os réus e suas condenações.....	27
---	----

## **Lista de Siglas**

AIIC - Associação Internacional de Intérpretes de Conferência

APIC. - Associação Profissional de Intérpretes de Conferência

ATA - American Translators Association

ONU - Organização das Nações Unidas

SBB - Sociedade Bíblica do Brasil

USHMM - United States Holocaust Memorial Museum

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1. Caracterização da tradução e do intérprete ocidental.....	14
1.1. História do tradutor intérprete .....	14
1.2. Origem da interpretação nos tempos modernos .....	16
1.3. O tradutor intérprete no Brasil.....	17
1.4. Modalidades de interpretação bilíngüe .....	18
1.5. Ensino de interpretação no Brasil e no mundo .....	21
2. O Tribunal de Nuremberg e suas contribuições .....	23
2.1. O Tribunal e o contexto político .....	23
2.2. As contribuições dos julgamentos e o sistema utilizado .....	28
2.2.1 O advento da tradução simultânea .....	29
2.2.2 Contribuições em nível prático e técnico.....	33
2.2.3 História e relatos de intérpretes atuantes em Nuremberg.....	35
3. Competências do intérprete .....	39
3.1. Perfil geral do intérprete.....	39
3.2. Perfil do intérprete de âmbito político-governamental.....	42
Considerações finais .....	54
Referências .....	56
Anexo I – Relato de Patrícia Vander Elst, membro da AIIC, sobre os julgamentos de Nuremberg .....	58

## INTRODUÇÃO

O intérprete é um profissional indispensável no mundo globalizado e sua presença em um evento em que pessoas de diferentes culturas ou línguas interagem é sempre discreta, porém, fundamental. Em reuniões em que diferentes países discutem assuntos de grande importância, a necessidade de um intérprete é maior ainda, pois qualquer ruído na compreensão das informações pode gerar grandes consequências.

Muitas vezes confundidos, intérpretes e tradutores realizam em síntese a mesma atividade: a tradução. Esta pesquisa almeja, portanto, fazer um levantamento bibliográfico por meio de livros, artigos, periódicos, pesquisas na *web* no que tange a área de interpretação, especialmente no âmbito político, no Brasil e no mundo, e suas tendências atuais. Como base para o desenvolvimento do projeto, foi realizada uma pesquisa de caráter histórico analisando as origens da profissão de intérprete, bem como sua introdução no Brasil, para posteriormente caracterizar e pormenorizar a área e suas características específicas. São temas como origem, difusão e a definição dos tipos de interpretação, passando pela formação de tradutores-intérpretes no Brasil e no mundo.

Dadas as bases teóricas fundamentais para o início da pesquisa, foi realizado um estudo de caso, analisando o Tribunal de Nuremberg e avaliando sua influência na formação dos intérpretes contemporâneos e delineando os possíveis norteadores para a formação do intérprete de âmbito político.

A partir do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência e contribuições do Tribunal de Nuremberg para a formação dos intérpretes contemporâneos, delineando as competências do intérprete que são necessárias para a atuação no âmbito político, descritas na literatura da área e por meio de relatos de tradutores e intérpretes, visando técnicas, as quais corroboram para a formação plena e satisfatória do profissional. Os objetivos específicos deste estudo são:

- Abordar a história do tradutor-intérprete e a origem da interpretação nos tempos modernos, além da história da interpretação no Brasil;
- Contextualizar a situação política envolvida durante o nascimento da interpretação simultânea e quais suas implicações futuras;

- Identificar os tipos de interpretação bilíngue, o ensino da interpretação no Brasil e analisar requisitos e competências necessárias para o intérprete em geral;

Esta pesquisa encontra-se dividida em três partes. Na primeira, buscamos compreender a história da tradução em geral e a sua relação com a interpretação a partir de autores como Wyler (2003). Em seguida, na parte 2, abordamos o contexto histórico em que foram realizados os tribunais de Nuremberg, e quais foram as suas contribuições para a prática e o ensino da interpretação de conferências, com base nos arquivos históricos do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, USHMM (c2010). A terceira e última parte proporcionará o desdobramento das competências necessárias aos intérpretes, tanto em âmbito geral como político-governamental, especificamente, partindo dos padrões de qualidade exigidos pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, AIIC (c2010).

Este trabalho justifica-se, portanto, pela necessidade de norteadores mais claros para o desdobramento de competências e perfis do intérprete no âmbito político, uma vez que o intérprete simultâneo ou consecutivo se, torna no mundo atual, um profissional de grande importância para as relações entre os indivíduos internacionalmente.

Com o desenvolvimento de um trabalho dessa natureza, tradutores iniciantes podem, ao mesmo tempo, obter fontes de consulta específica sobre o tema, como também saciar dúvidas pertinentes à área de interpretação, se porventura pretenderem ingressar na mesma.

## 1. Caracterização da tradução e do intérprete ocidental

Muitas vezes confundidos, intérpretes e tradutores realizam em síntese a mesma atividade: a tradução. Seja por via escrita que é o caso dos tradutores convencionais, ou por via oral que é o caso dos intérpretes. Contudo, antes de analisar a atividade da interpretação deve-se compreender o papel e a história da tradução durante os tempos.

### 1.1. História do tradutor intérprete

De acordo com Pagura (op. cit. p.210), “Os intérpretes existem desde a antigüidade, assim como os tradutores, com quem são freqüentemente confundidos; o tradutor trabalha com a palavra escrita, o intérprete com a palavra falada.”

O autor aponta a semelhança essencial entre os processos de tradução e interpretação:

É melhor admitirmos logo de início que a tradução e a interpretação têm muito em comum. Em resumo, são apenas dois modos daquilo que é, essencialmente, uma única operação: um processo por meio do qual um enunciado falado ou escrito acontece em um idioma, que tem a intenção e a expectativa de transmitir o mesmo significado previamente existente no enunciado de outro idioma. (Harris 1981:154 apud PAGURA op. cit. p.223)

Conforme consta no dicionário enciclopédico ilustrado Larousse (2007) primeira edição brasileira, p. 574, a definição de intérprete é: “1. Pessoa que interpreta. 2. Pessoa que explica, que torna inteligível ou claro por meio de explicações. 3. Pessoa que traduz para alguém o que é dito em idioma que este não entende; tradutor”.

Já para a palavra Tradução, ele traz as seguintes acepções: “Tradução s. f. (lat. *Transductio, onis*) 1. Transposição de um enunciado de uma língua para outra. 2. Obra ou texto traduzido. 3. Transposição de uma mensagem de um código para outro” (Larousse, 2007, p. 1001).

Ainda segundo Pagura (op. cit., p. 224), “tanto na tradução quanto na interpretação, é preciso dominar plenamente os dois idiomas envolvidos no

processo, embora ao tradutor baste o domínio de sua forma escrita e ao intérprete, a sua forma oral”. Já Seleskovitch (1978:148 apud PAGURA op. cit.) ressalta que:

Tanto a tradução quanto a interpretação devem ser realizadas por profissionais capazes de compreender e expressar idéias relacionadas às mais diferentes áreas de conhecimento humano, sem ser especialistas nessa área, como o são seus leitores ou ouvintes.

A tradução é, possivelmente, uma das mais antigas profissões do mundo. A partir do momento em que o ser humano se deu conta de seu semelhante e houve a necessidade de se comunicar, e não partilhando um mesmo código linguístico, a tradução tornou-se um elemento fundamental para a comunicação, tornando o tradutor, ao mesmo tempo emissor e receptor, o fim e o princípio de duas cadeias de comunicação distintas, mas unidas (RODRIGUES, 2001).

Como dito anteriormente, existem registros de interpretações desde a antiguidade, período em que a mais antiga referência parece ser um hieróglifo egípcio do terceiro milênio antes de Cristo (PAGURA, op. cit.). A inscrição na pedra Roseta, um decreto hierático datado de 196 a.C., foi escrito em duas línguas e três manuscritos: egípcio coloquial, hieroglífico e grego clássico. Esse documento multilíngue possibilitou decifrar os hieróglifos (Finetext, c2010).

Segundo Francisco Manhães (c2010) “O primeiro tradutor do Ocidente cujo nome se registra foi Lívio Andrônico, que por volta de 240 a.C. traduziu a Odisseia em versos latinos.

Até mesmo na Bíblia já encontramos relatos da necessidade da interpretação: “E se alguém falar em língua desconhecida, faça-se isso por dois, ou quando muito três, e por sua vez, e haja intérprete” (I Coríntios 14:28 apud PAGURA op. cit., p.213).

Outro dos primeiros registros importantes de tradução foi a Septuaginta, datado de 247 a.C. e trata-se de uma tradução do Velho Testamento da língua hebraica para a língua grega, que foi traduzida por 72 tradutores em 72 dias. Esta tradução foi feita pelos judeus para os judeus, pelo fato de que os judeus que viviam no Egito e na Palestina não compreendiam o hebraico.

Um nome preeminente na história da tradução é Eusebius Hieronymus, mais conhecido com São Jerônimo e considerado o padroeiro dos tradutores. De acordo com Magalhães (op.cit., p.168):

É dele a versão latina da Bíblia, a Vulgata, trabalho monumental que lhe consumiu cerca de 20 anos, não só na interpretação do sentido das escrituras, mas também no árduo esforço para dominar o hebraico e o aramaico, a fim de traduzir direto dos originais, sem a ponte do grego. Após a sua morte, foi canonizado e popularizado na fé católica como São Jerônimo.

Segundo o Rudi Zimmer, diretor executivo da SBB, a Vulgata foi feita com o objetivo de realizar uma tradução para o Latim de qualidade e fiel aos originais. Foi feita no início do século IV. Recebeu esse nome porque ela “vulgarizou” (popularizou) a palavra de Deus sendo escrita na língua do povo. Ela levou mais de 1000 anos para ser aceita e depois de varias revisões, em 1546 tornou-se a bíblia oficial (informação verbal<sup>1</sup>).

Foi motivo de conflito de interesses entre as autoridades e a população, já que a tradução tem uma função ideológica, ou seja, de controle do povo. Teve um papel fundamental na propagação do evangelho na idade medieval. Posteriormente houve registros de intérpretes na Idade Média, tanto nas Cruzadas ou estando presentes em encontros diplomáticos. (PAGURA, op. cit.).

Dessa forma, Magalhães (op. cit., p. 74) afirma que “a figura do intérprete remonta a tempos imemoriais e continuará por muitos séculos mais, até o dia em que a humanidade fale uma única língua. O autor ainda afirma que em todo grande momento da história, a importância do intérprete é evidente, seja nas expedições marítimas de Portugal, Inglaterra e Holanda, seja na expansão do Império Romano, entre outros.

## **1.2. Origem da interpretação nos tempos modernos**

Com o advento das teorias de tradução, bem como o desenvolvimento de relações internacionais, o século XX vivenciou uma fase da tradução especializada que foi responsável pela criação de uma base para a formação atual de tradutores e intérpretes.

A partir desde último século, podemos notar a presença do intérprete de forma mais consolidada como profissional estabelecido ao lado do tradutor bem como seu prestígio cada vez maior, principalmente em virtude de congressos

---

<sup>1</sup> Palestra proferida por Rudi Zimmer na Universidade Sagrado Coração, Bauru, 2008.



internacionais, realizados em áreas das mais diversas, como afirma Erwin Theodor (1986). “Tradutor é aquele que torna compreensível aquilo que antes era ininteligível, e já por isso deve ser encarado como um intérprete por excelência” (THEODOR, op. cit, p.13).

Apesar dessa afirmação, de acordo com Pagura (op. cit.), a interpretação de conferências mais próxima do que conhecemos atualmente teve início com a Primeira Guerra Mundial. O autor explica que, naquela época, as negociações internacionais eram realizadas basicamente em francês, uma vez que essa era a língua comum aos diplomatas da época, mas com a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra tornou-se necessária a interpretação entre inglês e francês, considerando-se que o primeiro intérprete moderno tenha sido Paul Mantoux.

Para Theodor (1986), o contato social/político em guerra ou paz seria muito restrito, ou até mesmo impossível, se não houvesse tradutores, preocupados em ampliar o raio de alcance da comunicação humana.

### **1.3. O tradutor intérprete no Brasil**

Desde o descobrimento do Brasil, segundo Lia Wyler (2003), fez-se necessária a presença de um mediador ou intérprete, no caso o língua, para que a comunicação pudesse efetivamente ocorrer. Está registrado na carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao então rei de Portugal, que o primeiro intérprete europeu a se formar em terras brasileiras foi Afonso Ribeiro, o qual foi incumbido de permanecer com os indígenas e aprender seu dialeto (WYLER, op. cit). Contudo considera-se que primeiro tradutor profissional do Brasil foi Caetano Lopes, apontado pelo poeta, tradutor e historiador José Paulo Paes, pela quantidade de traduções realizadas.

No Brasil, a tradução oral teve início com durante o “descobrimento”, quando o intérprete era chamado de *língua*. No início do século XVI, habitavam a colônia portuguesa povos indígenas ágrafos, os quais contemporaneamente foram classificados em 102 grupos e divididos em três ramos lingüísticos: o tupi, o macro-gê e o aruaque. (Lia Wyler, op. cit.).

A partir do século XVI os *línguas* que participavam de entradas oficiais receberam a patente de “*cabos*” indicando a integração de intérpretes às tropas e de militares plurilíngües exercendo o ofício de interprete.

Logo em seguida a tradução teve papel importante na evangelização dos índios pelos jesuítas. O papel muda novamente quando surgem os tradutores jurados a praça, que lidavam com questões comerciais. Já no século XVIII a tradução teve papel importante para o progresso do Brasil na forma da vinda de novas tecnologias reivindicadas por alguns idealizadores.

No século XIX o desenvolvimento da tradução foi impulsionado pela criação de publicação do romance – folhetim, o romance europeu, em jornais e do teatro. Segundo Wyler (op. cit.) o folhetim só chegou aos jornais no Brasil em português e fez seguidores porque houve tradutores para a transposição de um gênero francês para o nosso universo fictício brasileiro.

De acordo com a autora com a institucionalização do intérprete brasileiro, o ofício foi incorporando novas atribuições e foi estimulado em um processo paralelo de estilização que se mantém até os dias de hoje e, por conseguinte, a exigência de novos requisitos para o exercício do ofício. Dessa forma, Wyler (op. cit. p. 37) afirma que “no momento mesmo de sua instauração, o poder colonial define quem é intérprete – o degredado – e como deve atuar para facilitar o intercâmbio entre os diferentes grupos que participarão do sistema”.

#### **1.4. Modalidades de interpretação bilíngue**

Segundo informações do site da AIIC (c2000), o intérprete de conferências é um profissional especializado em linguagem e comunicação, que em eventos multilíngues, transmite oralmente a mensagem do palestrante em outra língua para os ouvintes que sem esse auxílio não compreenderiam.

O trabalho do intérprete de conferências é um exercício intelectual oral sendo muito diferente da tradução escrita e requer diferentes formas de treinamento e qualificação. Intérpretes de conferência trabalham no decorrer do debate, pensando enquanto falam. Geralmente trabalham com uma ou diversas outras línguas estrangeiras além de sua língua materna. Utilizam diferentes modos de interpretação (simultânea, consecutiva, sussurrada) dependendo do tipo de evento ou ambiente de trabalho.

Magalhães (op. cit.) afirma que o intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e idéias que não são suas, sem perder de

vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermédio.

No caso do intérprete de congressos internacionais, por exemplo, podemos dizer que o tipo de tradução que ele exerce é a tradução consecutiva ou interpretação consecutiva. Em seu livro, Magalhães (op. cit.) explica que na interpretação consecutiva, a pessoa que tem a palavra faz pausas periódicas em sua fala, a fim de permitir que o intérprete faça o traslado da língua original (língua-fonte ou de partida) à língua dos ouvintes (língua-meta ou língua de chegada). Esse tipo de interpretação, segundo o autor, requer além de um vasto repertório vocabular, uma enorme capacidade de memória de curto prazo.

Contudo, o autor ainda cita outro tipo de interpretação, a simultânea, modalidade a qual o intérprete vai repetindo na língua de chegada cada palavra ou idéia apresentada pelo palestrante na língua de partida, sendo a diferença entre ela e a interpretação consecutiva é que o palestrante não faz pausas, e o intérprete fala ao mesmo tempo em que o conferencista, dando assim origem ao nome da técnica. O autor contesta o título de “simultânea”, pois uma vez que há sempre um retardo, por mínimo que seja, entre o que é dito pelo palestrante e o discurso produzido na interpretação, não é possível ser completamente simultânea a tradução.

Pagura (op. cit.) acrescenta dizendo que este tipo de modalidade é a mais utilizada nos dias de hoje, e nela os intérpretes trabalham em duplas, sempre isolados numa cabine de vidro a fim de permitir a visão do orador, e recebem o discurso por meio de fones de ouvido, retransmitindo o na língua de chegada por meio de um microfone ligado ao sistema de som que leva sua fala até os ouvintes por meio de receptores semelhantes a rádios portáteis.

A principal razão para se trabalhar a dois, segundo Magalhães (op. cit), é a necessidade de atenção absoluta ao ofício. O autor pondera que “eventos desafiadores, com grande densidade de conteúdo apresentado em alta velocidade, requerem dos intérpretes total foco na conferência” (2007, p. 108).

Há ainda outras modalidades menos frequentes, como a intermitente ou “sentence-by-sentence”, a qual é vista mais comumente em reuniões nas quais se pede uma pessoa que fala as duas línguas. Via de regra, esse tipo de tradutor sem qualquer treino em interpretação, é colocado ao lado de um palestrante estrangeiro e traduz a o que ele está dizendo (PAGURA, op. cit.).

Outra modalidade é a técnica chamada “whispering” ou “chuchotage”, na qual a interpretação é sussurrada “simultaneamente” ao pé do ouvido de um ou dois convidados (MAGALHÃES, op. cit.).

Magalhães (op. cit.) faz uma analogia entre o intérprete e um transformador elétrico ao dizer que ele transforma 110 em 220, ou seja, espanhol em português, por exemplo. Ele afirma que como a comunicação é um processo dinâmico, a situação envolve mais do que a mera substituição de palavras, pois dependendo das línguas em questão, pode haver alterações estruturais e semânticas a compensar, além de expressões idiomáticas que não encontram correspondente imediato na língua de chegada. Sendo assim, o intérprete tem a necessidade de adaptar conceitos, não de apenas trasladar palavras.

“Pode-se dizer que o tradutor e o intérprete são profissionais que permitem que uma mensagem cruze a chamada “barreira lingüística” entre duas comunidades, sendo comum usar a metáfora “ponte” para designar esses profissionais” (PAGURA, 2003, p. 223). Em sua publicação, a APIC também faz referência a essa barreira lingüística “A interpretação de conferências visa dar a pessoas de idiomas diferentes a possibilidade de participar e se comunicar livremente em debates e conferências, sem barreiras lingüísticas”. Em relação a este conceito, Jones (2002)<sup>2</sup> afirma que a barreira lingüística não é a única razão pela qual os intérpretes existem, pois pessoas de diferentes países têm diferentes culturas, abordagens intelectuais e níveis de conhecimento. Para o autor, dificuldades de comunicação, portanto, são muito mais do que apenas puras dificuldades de tradução.

Jones (op. cit.) afirma que o intérprete de conferência deve estar pronto para reproduzir de forma exata e fiel a fala original do palestrante. Contudo, Magalhães (2007) faz uma ressalva, dizendo que o intérprete tem sempre uma tensão a compensar, pois toda palavra, ainda que listada em dicionário como sinonímia perfeita para outra, de outro vernáculo, carrega consigo uma carga emocional, um sentimento, que varia de país, de cultura para cultura. Dessa forma, o intérprete não consegue manter-se completamente isento, e por mais imparcial que procure ser, acaba contribuindo com conteúdo de seu próprio intelecto, podendo enriquecer a palestra, mas também levar ao empobrecimento da mesma.

---

<sup>2</sup> Todos os trechos de citações escritos originalmente em inglês foram traduzidos pelo autor desta monografia.

Em uma entrevista que faz parte do livro *Conversa com Tradutores* (Benedetti, C.; Sobral, A., 2003), a professora de Tradução e Interpretação Bilingue do Centro Unificado Profissional, Heloísa Gonçalves Barbosa, define que traduzir é interpretar, portanto quando o tradutor diz uma coisa diferente do que diz o original, ele está cometendo um erro, e como a interpretação de um será sempre diferente de outro, essa é a dimensão mais ampla e mais difícil de avaliar da tradução.

O propósito principal tanto da tradução como da interpretação, segundo Pagura (2003) é fazer com que uma mensagem expressa em determinado idioma seja transposta para outro, a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida. Já Magalhães (2007) expressa que o objetivo final da interpretação é comunicar, que o importante é que todos entendam.

### **1.5. Ensino de interpretação no Brasil e no mundo**

Como em qualquer outra profissão, o intérprete arca com grandes responsabilidades no momento em que se propõe a ser porta-voz de outra pessoa que não fala a língua de seus ouvintes. Sobre essa questão, Magalhães (2007, p.67) faz o seguinte comentário:

A responsabilidade envolvida em um serviço de tradução é muito grande. O intérprete é um pequeno, mas importante elo na cadeia na comunicação. [...] Por seu intermédio, canalizam-se informações cruciais, cujo entendimento é determinante no curso de acontecimentos que podem literalmente mudar a história.

Dessa forma, é de suma importância que antes de se propor a exercer a profissão, o tradutor/intérprete esteja bem preparado, pois uma formação sólida é o melhor caminho para se tornar um profissional competente e responsável. Essa afirmação é corroborada por outra feita pela APIC<sup>3</sup>, a qual diz que a “comunicação participativa é impossível sem o auxílio de intérpretes profissionais fluentes em seus idiomas de trabalho e exaustivamente treinados nas técnicas de tradução, interpretação e comunicação”.

Em relação ao ensino da tradução, Geir Campos já em 1986 ressaltava que o tradutor, além dos conhecimentos plenos da sua língua pátria e da língua que irá

---

<sup>3</sup> Disponível em < <http://www.apic.org.br/website/db/a15/>>.

traduzir, necessita de um conhecimento geral e cultural, pois a tradução não é a tradução de uma língua para outra e sim de uma cultura para a outra, e esses conhecimentos serão aperfeiçoados de acordo com as necessidades de cada área a ser trabalhada e também com a prática.

A tradutora e intérprete de conferência Lúcia Helena França (in: BENEDETTI & SOBRAL, 2003, p.105) afirma que o tradutor em geral deve ter um amplo conhecimento de mundo, uma curiosidade insaciável, ser meticoloso e perfeccionista e possuir uma sólida formação na área de sua especialidade. Ela ainda menciona que, embora os tradutores de antigamente fossem na sua maioria autodidatas, e nem por isso menos competentes, os de hoje fazem cursos universitários de tradução, recebendo uma ampla formação geral e específica e ensinamentos teórico-práticos.

Segundo Pagura (2003), a primeira escola criada especificamente para a formação de intérpretes foi a Universidade de Genebra, na Suíça, em 1941, a qual, a partir de 1972, passa a se dedicar também à formação de tradutores. Já no Brasil, foram pioneiros a PUC do Rio de Janeiro e a Associação Alumni em São Paulo, no desenvolvimento de programas dedicados à formação de intérpretes e, posteriormente, foram criados cursos que combinam a formação de tradutores com intérpretes, como é o caso da Faculdade Ibero-Americana e de formação específica de intérpretes de conferência, como o da PUC São Paulo.

No Brasil, a fase proeminente da tradução, segundo Wyler (2003) passa pela era Vargas e também pela eleição de Juscelino Kubitschek, que abriu um mercado promissor aos tradutores técnicos devido ao seu programa de metas para o desenvolvimento do Brasil, onde a demanda de tecnologia estrangeira era grande. Com a modernização do Brasil e com a expansão do mercado de trabalho, deu-se a necessidade da abertura de bacharelados de tradução que começaram a surgir no Rio de Janeiro e em São Paulo, a partir da década de 1960.

A PUC do Rio foi a primeira a entrar em funcionamento e visava formar o aluno de Letras com habilitações em revisor – tradutor – intérprete, assessor – secretário executivo, crítico literário e pesquisador, cursos que foram se modificando em prol de melhorias ao longo do tempo.

A questão da falta de reconhecimento oficial da profissão, além de outros muitos problemas, dificulta a criação e a manutenção dos cursos no Brasil.

## O Tribunal de Nuremberg e suas contribuições

O presente capítulo objetiva descrever o Tribunal Internacional de Nuremberg, bem como trazer esclarecimentos sobre a sua instituição, composição, os crimes os quais a ele foi conferido os julgamentos e os seus acusados. Contudo, este capítulo não tem a pretensão de julgar a legitimidade do Tribunal de Nuremberg, sendo que seu caráter é apenas histórico-documental, servindo para ilustrar os bastidores do nascimento da interpretação simultânea. Dessa forma, antes de delinear suas contribuições para a interpretação nos dias atuais é necessário entender de que forma decorreram os julgamentos.

### 1.6. O Tribunal e o contexto político

Após a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, iniciaram-se, em outubro de 1945, as sessões do Tribunal de Nuremberg, que se estenderam até outubro de 1946. Segundo Trevisan e Amaral (2008), quatro países assinaram um acordo estabelecendo que os principais responsáveis pelos crimes de guerra fossem punidos. França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos, em 8 de agosto de 1945, firmaram o “Acordo de Londres”, que tinha a finalidade de não deixar impune as atrocidades cometidas no período entre 1939 e 1945.

Os nazistas foram julgados em quatro modalidades de ações criminosas:

- Crimes contra a paz, no que tange planejar e iniciar o segundo conflito mundial;
- Crimes contra a humanidade, incluindo extermínios, deportações e genocídio;
- Crimes de guerra, ações que contrariavam a Convenção de Genebra<sup>4</sup> e outros estatutos sobre os conflitos bélicos;
- Conspiração para executar essas três modalidades de atos criminosos.

---

<sup>4</sup> As Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais são a essência do Direito Internacional Humanitário, o conjunto de leis que rege a conduta dos conflitos armados e busca limitar seus efeitos. Eles protegem especificamente as pessoas que não participam dos conflitos (civis, profissionais de saúde e de socorro) e os que não mais participam das hostilidades (soldados feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra) (ICRC, c2010).

Segundo informações do portal especializado na Segunda Guerra Mundial *Worldwar-two* (2001), editado por João Ricardo De Jesus Ramos, o julgamento teria sido realizado em Berlim, de acordo com o desejo dos russos; contudo, seria impraticável visto que a capital estava destruída e não possuía sequer um edifício capaz de sediar o tribunal.

Dessa forma, a cidade alemã de Nuremberg situada ao norte do estado da Baviera, foi escolhida como sede, pois se tratava de uma cidade intimamente ligada ao regime e a ideologia nazista, além do fato de dispor de um tribunal e de uma prisão adequados para comportar as centenas de pessoas que estavam envolvidas no processo.

O Palácio da Justiça, onde foi realizado o tribunal, localizava-se na zona Oeste de Nuremberg, e possuía uma ampla sala capaz de comportar 600 pessoas. Possuía também um elevador que servia para o transporte dos acusados, sem que eles passassem pelos corredores onde trabalhavam a imprensa, evitando declarações que pudessem prejudicar o decorrer dos julgamentos. O tribunal também dispunha de uma ligação direta com a prisão, sendo muito útil no transporte dos réus.

Criar um tribunal em que os vencedores de guerra julgariam em conjunto e simultaneamente um grupo de criminosos de guerra era uma situação totalmente nova. A pressão pública internacional era tremenda, que em apenas seis meses após o término do conflito, mesmo com o elevado volume de informação a analisar, os quesitos de acusação já estavam elaborados. Foram traduzidos cerca de 4.000 documentos para serem utilizados como provas. (RAMOS, c2001).

O Tribunal era composto por quatro juízes, nacionais de cada uma das quatro potências vencedoras, e em mais outros quatro de reserva. Cada uma das quatro potências internacionais dispunha de uma equipe de 600 pessoas.

Com o fim dos conflitos, 800 prisioneiros de guerra alemães foram capturados pelos americanos e pelos soviéticos, sendo estes considerados como os principais criminosos de guerra nazistas. Contudo, em Nuremberg seriam julgados apenas os principais responsáveis, chegando ao número de 24 réus, e posteriormente, reduzidos a 22. Os prisioneiros eram encarcerados em celas individuais, com um guarda à porta servindo como sentinela durante o dia todo, a fim de evitar que se suicidassem.



Ao fim dos julgamentos, os juízes consideraram culpados 19 dos 22 réus. Os três restantes acabaram sendo absolvidos, e dos 19 considerados culpados, 12 foram condenados à morte por enforcamento, três a prisão perpétua e quatro a penas que oscilaram entre os dez e os vinte anos de prisão (RAMOS, c2001).



*Figura 1* - O banco dos réus e os membros do conselho de defesa durante o Julgamento dos Médicos. Nuremberg, Alemanha, 9 de dez. 1946 a 20 de ago. de 1947.

Fonte: United States Holocaust Memorial Museum

O tribunal reunia-se cinco dias por semana, e salvo a um pequeno recesso no período natalino, decorreu ininterruptamente até o dia 21 de Agosto de 1946. A acusação chamou para depor 33 pessoas e utilizou uma grande quantidade de documentos, bem como fotografias e filmes para provar os crimes cometidos pelos os réus. A defesa, por outro lado, recorreu a 61 testemunhos verbais e declarações escritas de mais de 143 testemunhas (RAMOS, 2001).

No quadro a seguir, podemos ver a lista dos 22 principais acusados e suas condenações:

Acusados	Cargo	Crimes	Sentença
Hermann Goering	Chefe da Força Aérea, Presidente do Tribunal Supremo do Partido, Reichsfuhrer das AS, General das SS,	I, II, III e IV	Condenado a morte. Suicidou-se

	Presidente do Conselho de Ministros para a Defesa do Reich, Sucessor designado do Fuhrer.		antes.
Rudolf Hess	Ministro do Reich, Confidente de Hitler, Membro do Conselho de Ministros para a Defesa do Reich, General das SS e das SA..	I e II	Prisão Perpétua.
Joachim von Ribbentrop	Ministro dos Assuntos Estrangeiros, General das SS.	I, II, III e IV	Morte por enforcamento.
Wilhelm Keitel	Chefe do Alto Comando das Forças Armadas, Membro do Conselho de Ministros para a Defesa do Reich.	I, II, III e IV	Morte por enforcamento.
Ernst Kaltenbrunner	Chefe do Escritório de Segurança Principal do Reino cujos departamentos incluía o Gestapo e o SS.	III e IV	Morte por enforcamento.
Alfred Rosenberg	Ministro dos Territórios Orientais Ocupados, Doutrinador do Regime, General das SS e das AS.	I, II, III e IV	Morte por enforcamento.
Hans Frank	Governador-Geral da Polônia ocupada, General da SS, Comissário do Reich para a Justiça Nacional-Socialista.	III e IV	Morte por enforcamento.
Wilhelm Frick	Ministro do Interior, General da SS, Chefe da Seção Central para anexação dos Sudetos.	II, III e IV	Morte por enforcamento.
Julius Streicher	Editor do jornal Der Sturmer, Doutrinador do regime, responsável pelas campanhas anti-semitas, General SS.	IV	Morte por enforcamento.
Walther Funk	Presidente do Banco do Reino, Ministro da Economia do Reich, Conselheiro econômico de Hitler. Membro do Conselho de Ministros para a Defesa do Reich.		Prisão Perpétua
Karl Doenitz	Supremo Comandante da Marinha; na última vontade de Hitler e no testamento ele era tido como Presidente e Supremo Comandante das Forças Armadas do Terceiro Reino.	II e III	10 anos de prisão
Hjalmar Schacht	Ministro da Economia		Absolvido
Erich Raeder	Grande Almirante da Marinha	II, III e IV	Prisão Perpétua
Baldur von	Líder da Juventude do Reino,	IV	20 anos de

Schirach	Comissário da Defesa do Reich.		prisão.
Fritz Sauckel	Líder Trabalhista, Organizador do trabalho obrigatório, General das SS e das SA.	III e IV	Morte por enforcamento
Alfred Jodl	Chefe de Operações do Exército, Conselheiro Militar de Hitler.	I, II, III e IV	Morte por enforcamento
Franz von Papen	Chanceler da Alemanha, Embaixador na Áustria e Turquia.		Absolvido
Arthur Seyss-Inquart	Comissário da Holanda, membro do Reichstag	II, III e IV	Morte por enforcamento
Albert Speer	Ministro dos Armamentos e Produção de Guerra, Membro do Reichstag, Presidente do Conselho de Defesa.	III e IV	20 anos de prisão
Constantin von Neurath	Protetor da Boêmia e Moravia, Ministro dos Negócios Estrangeiros.	I, II, III e IV	15 Anos de Prisão
Hans Fritzsche	Diretor Ministerial e cabeça da divisão de rádio no Ministério da Propaganda.		Absolvido
Martin Borman	Membro do Partido Nacional-Socialista, General das SS e das SA, Membro do Conselho de Ministros para o Reich.	II e IV	Condenado à morte (a revelia)
Os quatro crimes de acusação: I.Crime de Conspiração; II.Crimes Contra a Paz; III.Crimes de Guerra; IV.Crimes contra a Humanidade.			

*Quadro 1-* Os réus e suas condenações.

*Fonte:* DEVENS, 2004, p.63.

A emissora britânica de televisão *BBC* em conjunto com o canal *Discovery Channel* produziram, em 2006, o documentário *NUREMBERG: Nazis on Trial*, reencenando os acontecimentos do tribunal, juntamente com o depoimento de intérpretes, psicólogos e advogados que participaram dos julgamentos na época.

O documentário, além de recriar a atmosfera e o local dos julgamentos, mostra imagens reais filmadas na época, reportagens de rádio, e manchetes de jornais. Consta que a sala do tribunal foi reformada por prisioneiros de guerra alemães. Entre a sala do tribunal e a prisão vizinha havia uma passarela coberta para proteger os nazistas influentes quando se dirigissem ao tribunal.

O Palácio da Justiça em Nuremberg, antes a cidade sagrada do nazismo, foi o cenário de um acontecimento épico, sob os olhares vigilantes da polícia militar aliada. Os mais importantes membros da gangue de Hitler foram ao julgamento.

Em um das manchetes de rádio veiculadas no documentário, o locutor afirma que “Fones de ouvido transmitem uma eficaz tradução e auxiliam juízes, advogados,

réus e espectadores a acompanhar o julgamento em alemão, francês, russo ou inglês”.

Em outra manchete de rádio veiculada no documentário, ao final do julgamento o locutor informa que “O Tribunal de Nuremberg foi o mais longo da história. A humanidade contra líderes do Socialismo Nacional Alemão. Chegando ao fim após 284 dias e cinco milhões de palavras ditas”.

De um modo geral, entre os pontos favoráveis e contrários ao Tribunal, é evidente que durante o pós-guerra os julgamentos foram uma ótima forma de identificar e punir os responsáveis pela II Guerra Mundial, apontando suas conseqüências perante a opinião pública internacional e dessa forma acalmar os gritos de vingança (GONÇALVES, p.186 apud DEVENS op. cit, 2004).

O Processo de Nuremberg, ao condenar os abusos cometidos pelos nazistas, deixou claro que não seriam mais aceitáveis pela comunidade internacional atrocidades realizadas por regimes autoritários. Os Estados que perseguissem opositores e procedessem com violação aos direitos basilares dos mesmos, sob o argumento de "preservação do regime e dos interesses nacionais", não poderiam ser tratados com conivência pela Comunidade das Nações. O Direito Internacional, a partir de Nuremberg, condenava abusos cometidos por Estados contra seus opositores. Não obstante, a realidade dos acontecimentos atestaria que, mesmo após Nuremberg, a violência de Estado continuaria por todo o globo (IBID, p.139 apud DEVENS op. cit, 2004).

Segundo MAGALHÃES (op. cit, p.177) o Tribunal de Nuremberg foi um marco em muitos sentidos:

Primeiramente por estabelecerem o precedente que nortearia a conduta futura em outras situações de conflito e guerra. A maioria das pessoas imaginava que seriam apenas um teatro de dois ou três dias, com o julgamento dos acusados se dando com base no mero fato de serem nazistas. Mas não foi assim. Os procedimentos se estenderam por meses a fio e surpreenderam por sua isenção e imparcialidade, com direito de defesa garantido aos acusados, condicionando-se sua condenação à produção de provas de seu dolo.

## **1.7. As contribuições dos julgamentos e o sistema utilizado**

Com o fim da Segunda Guerra, surge a necessidade de realizar o julgamento dos criminosos de guerra alemães envolvendo quatro línguas principais: inglês, francês, russo e alemão.

Os primeiros intérpretes atuantes em Nuremberg e na ONU foram formados na prática. De acordo com Pagura (op. cit.), nos meios profissionais, diz-se que esses intérpretes foram “formados” pelo método “*sink or swim*”, expressão que significa literalmente “afogue-se ou nade” em inglês, e que remete ao fato de que os intérpretes simultâneos eram colocados na cabine para interpretar sem que recebessem previamente qualquer treinamento formal.

Ainda segundo Pagura (op. cit.), não era plausível realizar a interpretação consecutiva dos réus, pois, dessa forma, a duração das sessões se alongaria imensamente e dificultaria a mecânica de atuação das testemunhas, promotores, advogados, juízes e réus que falassem diferentes idiomas.

De acordo com Magalhães (2007, p.177):

A interpretação simultânea, de cabine, nasceu no pós-guerra e teve como sala de parto os tribunais de Nuremberg, em que foram julgados os nazistas acusados de atrocidades e crimes de indiscutível vileza durante a Segunda Guerra Mundial. Foi esse o ponto da história em que convergiram a necessidade de comunicação envolvendo até 14 línguas diferentes e o aparato tecnológico que finalmente permitiu a transmissão de áudio a um grande número de pessoas 'simultaneamente'.

Dessa forma, podemos dividir as contribuições do Tribunal de Nuremberg para a prática e formação de intérpretes de conferência contemporâneos da seguinte forma: o advento da tradução simultânea e contribuições em nível prático e técnico.

### **2.2.1 O advento da tradução simultânea**

Nos Julgamentos de Nuremberg realizaram-se uma das primeiras experiências em tradução simultânea. A Carta de Londres do Tribunal Militar Internacional prevê que os réus tinham o direito a um julgamento justo e que todos os processos seriam traduzidos para uma linguagem que os réus entendessem. Devido à complexidade do julgamento, o assunto, e as diferentes línguas faladas pela defesa, promotores e os juízes, decidiu-se que usar um sistema de tradução simultânea seria mais adequado (USHMM, c2010).

O Coronel do Exército dos EUA, Leon Dostert, intérprete do General Eisenhower, foi incumbido de encontrar uma solução para o problema da divergência dos idiomas, e então ele convocou jovens intérpretes consecutivos e também pessoas de excelente competência linguística, porém sem experiência, para serem treinados intensivamente por alguns meses.

O Coronel acreditava ser possível ouvir uma mensagem e expressá-la ao mesmo tempo, e também insistiu na importância de os intérpretes serem posicionados de forma que pudessem ver o que acontecia no local, possibilitando uma compreensão global do que ocorria.

Esse é um princípio básico do processo da interpretação simultânea, em que os intérpretes continuam a insistir hoje em dia, uma vez que dependem das expressões faciais e outros movimentos corporais tanto quanto das próprias palavras sendo proferidas, para terem uma compreensão global do sentido da mensagem (PAGURA, 2003, p.214).

Durante o julgamento de Nuremberg, os intérpretes foram dispostos no fundo do recinto, perto dos réus, em “cabines” abertas de vidro. De acordo com Magalhães (op.cit.), as equipes se alternavam em turnos de 45 minutos, cronometrados rigorosamente, e era concedido um dia de folga a cada dois dias trabalhados.



*Figura 2 - Vista da seção dos intérpretes na sala do tribunal durante o Tribunal Militar Internacional. Nuremberg, Alemanha, 29 de março de 1946.*

*Fonte: National Archives and Records Administration, College Park, Md.*

Em cada uma das cabines atuavam três intérpretes portadores da mesma língua de chegada e com três línguas de partida distintas, por exemplo: três intérpretes portadores de inglês como língua materna, sendo que cada um tivesse, respectivamente, o francês, o alemão e o russo como língua de chegada. Havia

quatro cabines, com três intérpretes em cada uma, agrupados de acordo com sua língua materna, totalizando 12 intérpretes trabalhando em equipe.

Esse sistema adotado era diferente do que era normalmente utilizado, o qual consistia em duplas de intérpretes atuando nas cabines, ambos possuindo a mesma língua de partida e de chegada. Esse sistema demandava um número maior de cabines, e, por conseguinte, de intérpretes, variando de acordo com as necessidades linguísticas de cada evento.

Três equipes de intérpretes trabalharam sob a direção do Coronel Leon Dostert, e de Alfred Steer, Tenente da Marinha dos EUA. Duas equipes alternavam turnos na sala do tribunal, enquanto uma terceira equipe ficava em espera, localizada em outra sala, ouvindo os processos. Uma quarta equipe de tradutores auxiliares se encarregava de outras línguas como o Polonês e o Lídiche, e dois outros intérpretes sentavam-se em um banco atrás dos juízes (USHMM, c2010).

Os intérpretes faziam traduções simultâneas dos processos. Nesta foto, eles estão direcionando as interpretações por meio de um painel de controle aos participantes no julgamento. Nuremberg, Alemanha, Novembro de 1945 (USHMM, c2010).



*Figura 3 – Painel de controle.*

*Fonte: Wide World Photo*

Segundo a autora Francesca Gaiba (1998), os intérpretes foram recrutados e examinados de acordo com seus respectivos países e línguas que falavam. Muitos eram tradutores por formação, integrantes do exército, e linguistas, sendo que alguns tinham experiência em interpretação consecutiva. Outros eram indivíduos comuns e alguns acabados de sair do colegial, mas com alguma experiência internacional em ambientes multilíngues. Acreditava-se, e ainda hoje se acredita, que as melhores competências presentes nos melhores intérpretes não se resumem apenas em compreender perfeitamente duas ou mais línguas, mas mais importante do que isso é um amplo conhecimento de cultura, conhecimento enciclopédico, curiosidade, e também serenidade.

Devido ao fato da técnica de interpretação simultânea ser extremamente nova, os intérpretes praticamente aprenderam na prática, mas muitos não conseguiram suportar a tensão ou pressão psicológica. Muitos deles tinham que ser substituídos, muitos retornaram ao departamento de tradução, e muitos desistiram.

Havia sérias dúvidas quanto à qualidade da interpretação provida aos réus, principalmente devido ao medo dos intérpretes de cometerem erros de interpretação ou pelos erros nas transcrições dos documentos. Em alguns momentos, os intérpretes se viam numa situação onde não dispunham de documentos apropriados e, mesmo assim, tinham que fazer uma tradução oral do texto escrito.

Apesar da duração do Tribunal e de seus erros, sem o sistema de interpretação os julgamentos não seriam possíveis de ser realizados; além disso, revolucionaram o modo pelo qual questões multilíngues foram abordadas em tribunais e conferências. Uma série de intérpretes, após o tribunal, foram imediatamente recrutados pela recém formada Nações Unidas, enquanto outros retornaram para suas vidas cotidianas, partiram para outras carreiras, ou trabalharam como *freelancers*.

Com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), foram deslocados alguns intérpretes que atuavam em Nuremberg, pois a organização não se sustentaria apenas com o inglês como língua oficial. Ao inglês somou-se o francês, o espanhol, o russo e o chinês como línguas de trabalho da ONU e, posteriormente, na década de 70, acrescentou-se o árabe, sendo essas as línguas oficiais da ONU até os dias atuais.



## 2.2.2 Contribuições em nível prático e técnico

A empresa americana IBM desenvolveu um sistema de tradução baseado em outro sistema anteriormente utilizado na Liga das Nações, em 1931. Neste sistema anterior, os discursos eram pré-traduzidos e então lidos simultaneamente nas diversas línguas (USHMM, c2010).

Segundo Magalhães (op. cit., p.178):

A tentativa de um 'sistema telefônico simultâneo' havia sido feita sem grande sucesso pela Organização Internacional do Trabalho, em meados da década de 1930. Há registro, também, de outro sistema desenvolvido por André Kaminker, célebre intérprete desse período, que teria logrado fazer a tradução simultânea do primeiro grande discurso de Hitler, também em Nuremberg, para uma rádio francesa, em 1934.

A empresa IBM forneceu o equipamento gratuitamente, visto que o evento geraria grande visibilidade mundial a sua marca. Segundo Magalhães (op.cit.), a empresa se dispôs a colocar seu sistema, que vinha desenvolvendo desde a reunião da Liga das Nações, em teste de forma gratuita. Seu único pedido foi que cobrissem as despesas do transporte dos equipamentos até a Alemanha.

Ainda segundo o autor, no novo sistema os fones de ouvido eram equipados com seletores para quatro canais, permitindo à platéia alterar entre os idiomas oficiais em uso.



*Figura 4- Fones de ouvido usados no Tribunal de Nuremberg*

*Fonte: USHMM Collection, Gift of IBM Corporation*

Os fones de ouvido na foto acima foram usados pelo réu Hermann Goering durante o Tribunal Militar Internacional. Foi por intermédio de fones de ouvido como estes que os participantes do julgamento ouviram a tradução simultânea dos processos (USHMM, c2010).

Um primeiro canal continha a transmissão integral do orador na língua de partida. Os outros quatro canais aos quais os ouvintes tinham acesso se constituíam em traduções para o inglês, russo, francês e alemão. Cada participante do julgamento possuía um conjunto de fones de ouvido. Havia seis microfones colocados na sala do tribunal: um para cada juiz, no banco das testemunhas, e no púlpito do orador (USHMM, c2010).

Cada um dos quatro juízes internacionais deveria compreender os processos e devido às complexas necessidades de tradução, o julgamento não pôde prosseguir mais rápido do que 60 palavras por minuto. Um monitor, que operava um interruptor de controle na seção de interpretação, acendia uma luz amarela para avisar o orador se ele estivesse falando muito rápido, ou uma luz vermelha indicando que ele deveria parar e repetir o que ele acabara de dizer. Posteriormente, com o sucesso do sistema em Nuremberg, a IBM vendeu o sistema com o intuito de ser utilizado nas Nações Unidas (USHMM, c2010).



*Figura 5 - Intérpretes operando uma máquina da IBM durante as seções do Tribunal Internacional Militar.*

Fonte: *Stadtarchiv Nürnberg*

### 2.2.3 História e relatos de intérpretes atuantes em Nuremberg

Segundo informações do artigo publicado no jornal *Dimensions* (c2006), especializado em estudos sobre o holocausto, a corte tinha estabelecido um amplo número de tradutores, seis intérpretes, e nove estenógrafos para cada uma das quatro línguas, totalizando 108 pessoas, envolvidas no processo de tradução simultânea e lidando com uma enorme quantidade de tempo para realizar essas atividades.

Em um julgamento habitual, onde uma pessoa era chamada para testemunhar em uma língua estrangeira, um intérprete da corte traduzia quaisquer questões feitas para a testemunha e suas respectivas respostas também, sendo um processo lento e entediante. Atrasos na entrega das evidências eram comuns, visto que cada documento produzido pela corte deveria ser traduzido em alemão, francês, inglês e russo.

Os tradutores profissionais, inicialmente, fizeram objeção ao sistema proposto. Eles não aprovavam o fato de serem posicionados no “aquário”, como era chamado na época e criticaram o nível de velocidade que era exigido deles. Contudo, o Coronel Leon Dostert acreditava nesse novo sistema e fez com que fossem treinados os intérpretes, bem como os juízes e advogados, de forma que pudessem se adaptar a esse sistema.

Além de adotar esse novo sistema, os tradutores e intérpretes se encontraram em uma posição inédita para eles, tendo que ficar face a face com os réus nazistas e ouvir seus testemunhos.

Henry Fiss, nascido na Áustria, traduziu documentos para um promotor americano. Quando jovem, ele escapou da Alemanha nazista e retornou como um soldado americano. Após o término da guerra, ele foi enviado para Nuremberg encarregado de todas as traduções da promotoria americana. Seu trabalho lhe pôs frente a frente com criminosos nazistas. Em uma das ocasiões, ele foi posto para interrogar Otto Ohlendorff, líder dos esquadrões da morte conhecidos como *Einsatzgruppen*.

Em seu depoimento, Fiss afirma: “Eu pude falar com Ohlendorff - que matou não sei quantas centenas de milhares de pessoas - enquanto fumava um cigarro e me dizia com grande prazer como ele tinha tornado sua máquina da morte mais e mais eficiente”.

John Dolibois emigrou para os Estados Unidos em 1931 com 13 anos de idade. Depois de se formar, Dolibois integrou a 16ª Divisão Armada dos E.U.A.. Por causa de suas habilidades na língua alemã, ele se envolveu na inteligência militar e acabou retornando para a Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Dolibois interrogou prisioneiros alemães, incluindo líderes nazistas, nos preparativos dos julgamentos pós-guerra dos crimes. Mais tarde, foi nomeado embaixador dos EUA em Luxemburgo, sua terra natal.

Ele descreve<sup>5</sup> como era feita a interpretação para um psiquiatra da prisão:

Douglas entrou em cena, ele era psiquiatra da prisão, e trabalhava para um instituto, creio que fosse o Instituto Drexel, para interrogar os prisioneiros. As informações seriam úteis para o tribunal, porque os ajudariam no discernimento dos casos. Dessa forma, ele se tornou muito importante, exceto pelo fato de que ele não falava alemão. Então, eles descobriram que eu tinha me formado em psicologia na faculdade, então eu conhecia os jargões, e assim eu me tornei intérprete, o que eu amava, era muito entusiasmante. Ele fazia as questões e eu interpretava, traduzia, e dava as respostas. E então ele me pedia para eu escrever minhas impressões sobre o interrogatório. "O que você pensa disso?" E então eu escrevia minhas impressões leigas, do que eu achava sobre o prisioneiro, e assim ele comparava com sua análise tecnológica e científica. Ele produziu um relatório muito perspicaz (USHMM, c2010).

Outro intérprete atuante em Nuremberg foi Joseph Maier, que emigrou para os Estados Unidos em 1933 após concluir a universidade em Leipzig. Antes daquele ano, seus pais e seu irmão já haviam saído da Alemanha rumo aos Estados Unidos. Joseph estudou na Universidade de Columbia. De 1940 a 1943, ele foi editor-assistente de um jornal judeu-alemão em Nova Iorque. Em 1944, ele trabalhou como analista de propaganda na embaixada norte-americana na Grã-Bretanha. Ele foi para Nuremberg, na Alemanha, como intérprete, em 1946. Analisou documentos e transcrições, além de participar de muitos interrogatórios durante os julgamentos de Nuremberg (USHMM, c2010).

---

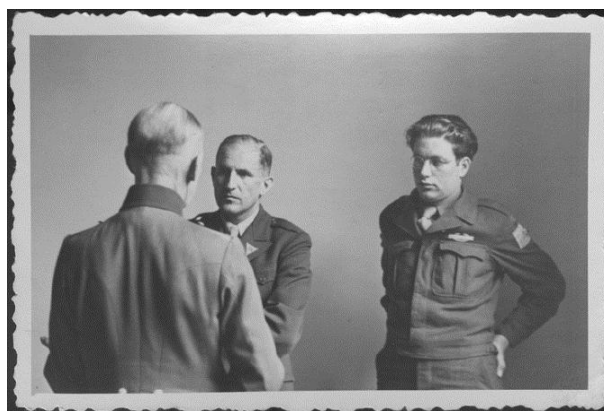
<sup>5</sup> Informação oral originalmente em inglês traduzida pelo autor desta monografia.



*Figura 6- Joseph Maier, 1911, Leipzig, Alemanha*

*Fonte: United States Holocaust Memorial Museum – Collections*

Na figura abaixo, o Marechal-de-campo alemão Gerd von Rundstedt (de costas), mediante a presença do intérprete Gerald Schwab, dialoga com o promotor americano Robert Kempner (à esquerda) durante uma pausa nas audiências da comissão do Tribunal Internacional Militar de Nuremberg de investigação do Comando Supremo das Forças Armadas Alemãs.



*Figura 7– Gerald Schwab, 19 de junho de 1946.*

*Fonte: USHMM, cortesia de Gerald (Gerd) Schwab.*

Magalhães (2007) analisa outro aspecto importante dos intérpretes dos julgamentos de Nuremberg, o aspecto psicológico e emocional:

É bom lembrar que os intérpretes também chegaram a Nuremberg com chagas psicológicas a curar. E como separar o intérprete do cidadão europeu, ele próprio sobrevivente da guerra, diretamente envolvido nos conflitos recém-encerrados? Como imaginar nações até ontem inimigas dividindo uma mesma cabine de interpretação? Manter-se isento não deve ter sido fácil. (op. cit., p.180)

Patrícia Vander Elst (2000), intérprete presente no julgamento, relata em seu artigo que após de terminar seus estudos em uma escola de Berlim, onde morava com seus pais ingleses até poucos dias antes do ataque alemão à Polônia, foi parar na Suíça, onde viu o fim da guerra, e passou seus últimos seis anos de educação formal em escolas de língua francesa e universidades.

Ela relembra o estresse vivido por quatro meses em meio à ressentida população local, em uma cidade reduzida a “um amontoado de entulho”. O relato ininterrupto dos horrores durante as sessões, do qual ela afirma que só era possível escapar por meio de total concentração no trabalho e constante vigilância, era outro ponto estressante da atividade. Em seu depoimento, a intérprete diz: “No tribunal precisávamos manter-nos neutros, a despeito dos pensamentos que privadamente abrigássemos”

Em seu depoimento, Richard Sonnenfeldt (Intérprete-Chefe), chegou à conclusão que:

Para servir a um ditador por anos é preciso ser alguém sem nenhuma integridade, nem orgulho, nem consciência, sem noção do que é ser humano. Tem que ser um homem que faz tudo por bens materiais ou *status*. Então descobri que estes nazistas, que se transformaram em monstros gigantes, são pessoas comuns, sem experiência no mundo lá fora, e sem moral nenhuma. Foi o que mais me chocou em Nuremberg (informação verbal<sup>6</sup>)

---

<sup>6</sup> NUREMBERG: Nazis on Trial. Direção: Michael Wadding. Produção: Detlef Siebert. Co-produção: BBC/Discovery Channel, 2006. 1 DVD

## **2. Competências do intérprete**

Após as experiências dos intérpretes pioneiros em Nuremberg, e devido aos seus percalços, houve um consenso geral da importância da formação e preparação dos mesmos, em virtude de primar pela qualidade dos serviços prestados. Neste capítulo, buscaremos delinear algumas competências norteadoras para a formação de intérpretes, tanto num âmbito geral, quanto no âmbito político-governamental, especificamente.

O dicionário enciclopédico ilustrado Larousse (2007, p. 284) a define competência da seguinte forma: Atribuição legal de desempenhar certos encargos ou de apreciar ou julgar determinados assuntos. [...] 3. Capacidade decorrente do conhecimento que alguém tem sobre um assunto; aptidão, habilidade. 4. Soma de conhecimentos ou de habilidades.

Segundo Magalhães (2007, p. 198), a interpretação simultânea é uma habilidade treinável, e qualquer pessoa motivada tem, potencialmente, chances de se tornar um excepcional intérprete. Segundo ele, para ser um intérprete é necessário transitar por diversas áreas do conhecimento, pois cada evento ou conferência requer uma habilidade e um conhecimento específico. Também é importante aprender a interpretar fatores externos e ambientais, elementos verbais e não-verbais apreensíveis pelos cinco sentidos.

Além de se preparar, o intérprete necessita ter absoluto domínio da arte de comunicar, e segundo Magalhães (op. cit., p. 204) o sucesso da interpretação dependerá absurdamente dessa arte. Para ele, mais importante que sua capacidade de recitar sem hesitação sequências de palavras sem fim, será sua habilidade em transmitir, ainda que economicamente, os sentidos, as ideias e as emoções de um orador.

### **2.1. Perfil geral do intérprete**

Sérgio Viaggio (2003), intérprete sênior e recrutador de intérpretes da ONU, resume em três as características que busca em seus colaboradores:

- I. Qualidade;
- II. Versatilidade;
- III. Profissionalismo.

Segundo ele, o conceito de qualidade deve ir além do mero aspecto lingüístico:

Muitos intérpretes têm absoluto domínio de suas línguas de trabalho, não perdem nada e nem cometem erros significativos. Ainda assim deixam de produzir uma interpretação totalmente satisfatória. Seu principal problema é a excessiva obsessão com as palavras (VIAGGIO, 2003, apud MAGALHÃES, opt. cit).

A respeito dessa afirmação, Viaggio (op. cit) afirma que este tipo de intérprete pode ser facilmente identificado: fala demais, rápido demais ou em tom excessivamente monocórdio. Ele diz que “prefere os profissionais que tendem a falar menos e a dizer o que realmente interessa, de modo idiomático, com elegância, precisão, entonação natural e equilíbrio” (op. cit., p.205).

Ele ainda afirma que tem “dificuldades com colegas que soam entediados ou entediantes, ou cuja tradução sai sem fluidez. Pouco param para respirar e o fazem sempre na hora errada [...] Quero que meus intérpretes sejam exímios comunicadores”.

Tratando-se da questão do profissionalismo, o autor elenca alguns itens:

- Pontualidade;
- Apresentação pessoal sem excessos;
- Presença constante em cabine;
- Preparação cuidadosa e coleguismo, sobretudo ao trabalhar com iniciantes.

O autor destaca ainda que honestidade e simpatia são atributos importantes também. Outro ponto importante é o intérprete sondar o público, adaptando seu estilo de interpretação à necessidade dos ouvintes, comunicando-se ora com mais literalidade, ora com mais flexibilidade, e sempre com a máxima simpatia que lhe seja possível.

Tratando-se de questões quanto à qualidade da interpretação de conferências e postura profissional, a AIIC (c2010)<sup>7</sup> elenca algumas considerações:

- Os intérpretes são contratados para garantir uma perfeita comunicação apesar das barreiras linguísticas. Conhecer uma língua não é o suficiente. É um

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.aiic.net/en/prof/quality/default.htm>> Acesso 20 Set 2010.



trabalho para o qual é essencial intérpretes profissionais devidamente qualificados e experientes.

- Ser membro de um corpo profissional é um indicativo de uma postura profissional adotada pelo intérprete em relação a sua profissão.

- Ser membro da AIIC garante que o profissional possui as qualificações e o profissionalismo necessários e são amplamente reconhecidos como sinônimo de excelência.

- Os membros da AIIC têm o comprometimento de prover serviços de alta qualidade observando rigorosas éticas profissionais.

- A AIIC é a única associação internacional de intérpretes de conferência e possui especial ênfase na defesa dos elevados padrões de desempenho.

- A atividade da interpretação de conferências, tanto consecutiva ou simultânea, necessita ser devidamente dominada.

- É desejável o estudo em universidades de alto nível, com um diploma em pós-graduação em interpretação de conferências.

- Os intérpretes de conferência lidam com um vasto repertório de assuntos e referências culturais em seu trabalho. Eles necessitam ter uma ampla variedade de conhecimentos e habilidades para lidar com assuntos complexos.

- Os intérpretes profissionais pesquisam sobre o tema da conferência e preparam glossários de termos específicos e relevantes. Eles investem em dicionários ou livros especializados quando apropriado.

- Intérpretes profissionais visitam regularmente os países onde suas línguas de trabalho são faladas, e através de vários tipos de mídia, se mantêm atualizados em relação a mudanças na língua e cultura. Também devem fazer cursos de atualização que ampliem seu conhecimento, particularmente sobre ciência e tecnologia.

- Os membros da AIIC são qualificados nas técnicas e línguas utilizados na interpretação de conferência; possuem um amplo conhecimento geral e a habilidade de absorver novas informações de forma rápida e eficiente, assimilando os diversos assuntos e detalhes. Trabalham bem em equipe, possuem discrição e tato; em suma, são profissionais completos.

- Em uma conferência multilíngüe, é importante minimizar o risco de equívocos ou má-compreensão do discurso. Deve-se utilizar intérpretes que podem

compreender os palestrantes diretamente, ao invés de fazer a interpretação por intermédio de outro intérprete.

- Um intérprete despreparado pode deixar lacunas, sentenças não concluídas, ter um sotaque muito forte, fazendo com que os ouvintes se esforcem para entender o que está sendo dito. Em outros casos, a comunicação pode ser interrompida completamente.

### **2.1.1. Retrato do intérprete “ideal” aos olhos das delegações**

O Comitê de Pesquisa da AIIC organizou, em 2004, uma pesquisa<sup>8</sup> sobre como o serviço de interpretação é visto pelos usuários. A pesquisa mostra quais as expectativas dos usuários, baseando-se na análise de questionários, refletindo a visão de mais de 200 participantes de 84 conferências em 25 países.

De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, que duravam entre 15 e 25 minutos, o intérprete ideal deve, entre outras coisas:

- Falar de forma clara e entusiasmada, sem fingimento;
- Entender sobre o assunto da palestra e conhecer a terminologia;
- Falar as frases apresentando completa exatidão gramatical e pronunciar de forma clara sem “uhn” e “ahn”.
- Considerar que a questão da fidelidade ao sentido do discurso original está acima de outras considerações, e assim concentra-se no essencial ao invés de tentar reproduzir literalmente tudo que está sendo dito.

Outro ponto entre as considerações é que o intérprete gera desconforto entre os ouvintes se aguardar muito tempo antes de começar a interpretar, ou fazer longos períodos de pausa durante o discurso. Entre os resultados, a clareza de expressão foi a qualidade mais citada.

## **2.2. Perfil do intérprete de âmbito político-governamental**

Devido à escassez de informações sobre as competências pertinentes ao intérprete, especificamente de âmbito político-governamental, podemos analisar

---

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.aiic.net/en/prof/quality/portrait\\_of\\_the\\_ideal\\_interpreter.htm](http://www.aiic.net/en/prof/quality/portrait_of_the_ideal_interpreter.htm). Acesso em 24 Set 2010.

algumas situações que envolvam questões políticas na prática da interpretação. Para tanto, foram escolhidos três intérpretes, dois reais e um fictício, e a partir de algumas situações distintas podemos chegar aos possíveis delineadores.

### 2.2.1. Sérgio Xavier

Em uma rara entrevista concedida em 2004 à Tereza Braga, publicada no periódico da *American Translator Association* (ATA), o intérprete fala sobre aspectos relevantes da interpretação, no que tange os aspectos político-governamentais.

**Formação:** Sérgio Xavier Ferreira nasceu no Rio de Janeiro, morou cinco anos no Canadá com seus pais, onde se alfabetizou e fez o ensino fundamental, e posteriormente retornou ao Brasil e foi alfabetizado novamente, só que em português. Formou-se em Comunicação Social pela UFRJ, com mestrado em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes, e obteve duas bolsas de estudos nos EU: graduação em North American Studies, na Universidade da Califórnia em San Diego (Center for U.S.-Mexican Studies), e uma “*fellowship*” que obteve em Harvard na área de relações industriais (Harvard Trade Union Program).

Questionado sobre a formação de intérpretes iniciantes ele afirma que a profissão necessita de certo dom, e que se aprende na prática; contudo, admite que uma formação universitária é praticamente obrigatória para se começar carreira:

Creio que a profissão de intérprete não se aprende na escola! Assim como o samba e o futebol, não há escola que forme um bom intérprete, pois seria necessário ter um mínimo de dom. No entanto, como vivemos num mundo que exige formação universitária mínima, seria muito difícil hoje alguém entrar no mercado sem formação. Com a oportunidade e os recursos necessários, pode-se fazer a escola de Monterey, nos EUA (já que a universidade de Georgetown fechou as portas para intérpretes) ou as escolas tradicionais de Paris e Genebra. No Brasil, até pouco tempo atrás, tínhamos a PUC-RJ e, em São Paulo, a Alumni, ambas obrigatórias para o iniciante de hoje (BRAGA, 2004, p.8).

**Engajamento Político:** Iniciou a carreira durante o terceiro ano da faculdade, quando foi trabalhar para Edith Van de Beuque, fundadora e intérprete-chefe do primeiro grupo de profissionais no Brasil, em 1951. Xavier comenta que seus primeiros trabalhos foram em maio de 1973 e foi dessa forma que começou a carreira; nas palavras dele foram “na marra”, o que podemos relacionar com os primeiros intérpretes de Nuremberg, que também não tinham preparo formal para

atuarem, apesar de serem bilíngües. Segundo Magalhães (2007, p. 198), ser absolutamente bilíngue não é essencial a um intérprete; contudo, o domínio absoluto do próprio idioma e o conhecimento profundo de uma língua estrangeira são absolutamente fundamentais.

Nesta profissão é muito difícil conciliar a política com o mundo profissional, o que foi especialmente duro durante o período da ditadura militar. Além disso, a maioria esmagadora dos profissionais são conservadores ou alienados do ponto de vista político. Eu entrei para a política através do movimento sindical [...] Depois me liguei ao movimento pela anistia política e, em 1983, fui trabalhar como voluntário no IBASE<sup>9</sup>. [...] Foi também na campanha de 94 que tive a honra de ir junto com o então candidato [Lula] visitar a África do Sul, tendo a rara oportunidade de interpretar o Presidente Mandela em suas conversas com o atual Presidente Lula. (BRAGA, op. cit., p.4).

Sérgio Xavier aponta uma dificuldade de conciliar a vida política e com o mundo profissional, pois, segundo ele, “O intérprete deve ser neutro, para que ele possa inspirar confiabilidade durante o seu trabalho. Se ele/ela tem um “high profile” político, muitos clientes poderão pensar que haverá um “bias” na interpretação”. Ele ainda explica que isso acontece muito em países que têm regimes autoritários, e cita como exemplo o Chile no tempo de Pinochet, no qual muitos dos intérpretes tinham um viés conservador, o que acabava distorcendo a fidelidade do discurso se mostrassem uma conotação mais liberal.

No caso do Brasil, a minha geração começou a trabalhar durante a ditadura militar e qualquer participação política era praticamente impossível. Isto deixou seqüelas de diferentes tipos: medo, ignorância ou indiferença em assuntos políticos e sociológicos, já que praticamente não existiam conferências com temas políticos/sociais entre o final da década de 60 e a metade dos anos 80 (BRAGA, op. cit., p.5).

No entanto, ele afirma que em um regime de “esquerda”, seja em países orientais ou ocidentais, o intérprete “oficial” faz certas censuras, ou como ele mesmo define, “apuros”, durante seu trabalho. Um exemplo disso desse tipo de interferência foi feita para evitar constrangimentos, durante uma visita em 2003 do presidente Lula à Namíbia, na África. Durante o discurso, Lula disse uma frase que poderia soar mal e prejudicar sua imagem: “Quem chega a Windhoek não parece que está em um país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas

---

<sup>9</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

arquiteticamente e tem um povo tão extraordinário como tem essa cidade”, referiu-se Lula à capital da Namíbia. Ao fazer a interpretação para o inglês, Xavier omitiu a palavra “limpa” e seguiu para o comentário sobre a beleza da cidade, dessa forma evitando a ofensa ao continente africano<sup>10</sup>.

O intérprete e autor Ewandro Magalhães (2007, p. 32) passou por uma situação semelhante no início de sua carreira, quando foi designado para fazer a interpretação durante a visita do Príncipe Philip, Duque de Edimburgo, ao Brasil, em 1992. Ao ser presenteado com um livro sobre a Amazônia, o príncipe diz : “Oh, the rain forest... well, you mean what was left of it, right?”<sup>11</sup>. O intérprete optou por omitir o comentário e dizer apenas um singelo “Obrigado, Excelência”, a fim de evitar um mal estar geral entre os presentes.

Sérgio Xavier ocupou um cargo até então inédito para um intérprete, o de Assessor Especial do Presidente, sendo ele o único dos seis assessores nomeados a exercer essa função.

**Conhecimentos Específicos:** Ele cita um exemplo claro da diferença entre o intérprete comum e de um intérprete de âmbito político-governamental:

Outro ponto que contribui para um certo conservadorismo no meio dos intérpretes, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, é que eles fazem parte de uma elite econômica e social que teve o privilégio de viver e estudar no exterior [...] diferente de hoje, quando temos novos emigrantes de todas as classes sociais tentando viver fora do Brasil... Creio que em outras profissões – um médico, engenheiro, economista, por exemplo – a participação política talvez não gerasse tanta polêmica, mas de qualquer maneira, com a conquista das liberdades democráticas no Brasil [...] isso contribuiu para oxigenar um pouco o ambiente político entre os intérpretes, forçando-os(as) a ter que pensar politicamente também, a acompanhar o assunto, coisa totalmente desnecessária no final dos anos 60 até os anos 80. [...] muitos bons intérpretes no Brasil não conhecem a expressão “rank and file”, termo básico do sindicalismo e na política em geral, significando a “base” dos trabalhadores, os que não são dirigentes sindicais ou líderes políticos (BRAGA, op. cit., p.5-6).

Quanto a sua preparação para um evento, o intérprete ressalta que a vida na Presidência e no governo em geral é intensa, e dessa fora há uma sobrecarga de trabalho e por isso, é necessário “correr atrás” de material, informação etc. Ele ainda afirma que raramente recebe algum material para se preparar, e na maioria das vezes, só fica sabendo do assunto na hora. Dessa forma, Sérgio Xavier ressalta a

---

<sup>10</sup> Fato publicado em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/19641\\_O+INTERPRETE+DE+LULA](http://www.istoe.com.br/reportagens/19641_O+INTERPRETE+DE+LULA)

necessidade de o intérprete estar sempre bem informado, além de ter uma boa formação acadêmica e vasta cultural em geral.

O intérprete precisa sempre se preparar para cada assunto específico e para cada evento. Se viajo com o Ministro da Fazenda do Brasil para uma reunião no FMI, então tenho que pensar no jargão do economês, nos “earmarks” (vinculação de verbas), na “carried interest rate” (taxa de performance), no “distressed debt”, e assim por diante...(BRAGA, T. op. cit. p.7).

Creio que uma das profissões mais globalizadas do mundo talvez seja a da interpretação. Trata-se de uma profissão que não se limita a um só país. Pelo contrário, graças à emigração, podemos desenvolver a profissão através do rico intercâmbio entre os profissionais que passaram a viver em outros países. No Brasil, a primeira e riquíssima geração de intérpretes era quase que constituída só por estrangeiros: ingleses, russos, cubanos, franceses, etc., mas também brasileiros que haviam vivido no exterior, algo fundamental para o exercício da profissão (BRAGA, op. cit., p.8).

Sob este prima, Magalhães (op. cit., p. 198) afirma ser importante ler muito e de sobre qualquer assunto, desde bula de remédio a tradados de filosofia, pois diz ser importante carregar todo tipo de informação. Segundo ele, para ser um intérprete é necessário transitar por diversas áreas do conhecimento, pois cada evento ou conferência requer uma habilidade e um conhecimento específico. Também é importante aprender a interpretar fatores externos e ambientais, elementos verbais e não verbais apreensíveis pelos cinco sentidos.

### **2.2.2. Marísia Lauré**

A intérprete Marísia Lauré nasceu em Angola e viveu em Portugal por 15 anos, é membro da ATA e faz interpretações nos eixos inglês, francês, italiano, espanhol e português. Tem mais de 20 anos de experiência na área, e entre seus campos de trabalho estão as áreas de negócios, jurídica e médica. Concluiu o ensino médio em Angola e possui Mestrado em Filologia Germânica pela Universidade de Lisboa, Portugal.

Durante um evento em Nova York, a então pré-candidata à presidência do Brasil, Dilma Rousseff, interrompeu Lauré no meio do discurso para corrigi-la, gerando um grande desconforto entre os presentes. Segundo uma matéria publicada

---

<sup>11</sup> “Oh, a floresta tropical... bem, você quer dizer o que restou dela, certo?”

no portal do jornal Folha de São Paulo<sup>12</sup>, Dilma se desentendeu com a intérprete angolana chegando a chamá-la de “minha santa”.

Dilma, que não é fluente em inglês, utilizou os serviços de dois intérpretes em sua coletiva de imprensa. A primeira metade da entrevista correu sem problemas, e Dilma chegou até a elogiar o intérprete. Contudo, na segunda metade da entrevista, quando foi responder sobre a autonomia do Banco Central, Dilma utilizou o termo “autonomia operacional” e Lauré omitiu uma das palavras.

A pré-candidata Dilma corrigiu a intérprete repetindo o termo em inglês “operational autonomy” e, posteriormente, a repreendeu dizendo: "Eu peço para você traduzir literalmente, porque é complicado [o tema]".

Em outro momento, quando falava sobre as privatizações e empresas que acredita que devem permanecer públicas, a pré-candidata cita algumas como Petrobrás, Eletrobrás, as do setor elétrico e bancos públicos. A intérprete esperou que Dilma concluísse, e, ao final da interpretação, a pré-candidata conferiu com a platéia se o trecho da Petrobrás não teria sido esquecido. Ainda na frase seguinte, Dilma interrompeu Lauré achando que havia mais algum erro, dizendo “No, no, no. Yes, Yes, Yes”, ao se dar conta que a frase tinha sido traduzida corretamente, o que tirou risos da platéia.

"Eu prefiro que você copie e faça [a tradução depois] porque se não eu vou quebrar meu raciocínio todo, tá bom?", pediu Dilma à tradutora. Em outro momento, a intérprete utilizou o termo “redução de impostos” ao invés de “redução da dívida”, fazendo com que Dilma a interrompesse novamente dizendo: “Copia, minha santa, eu vou falar”.

Após esse incidente, a organização chamou o intérprete anterior para trocar de lugar com Lauré. Ao final da coletiva, a intérprete pediu desculpas e justificou seu engano devido ao excesso de trabalho.

Este evento gerou certa repercussão na mídia em geral, devido ao fato de que a intérprete cometeu possíveis erros durante a interpretação. Quanto ao fator “erro”, Magalhães (2007, p.142) afirma que as pessoas que não conhecem a tradução simultânea imaginam que o intérprete não pode errar e que qualquer falha será fatal, um desastre completo e inescapável, o que implicaria o fim do evento. O

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u738971.shtml>>

autor ainda vai além e afirma que todo intérprete já errou, erra e continuará errando, sendo impossível não errar.

Ele afirma que a questão do erro é complexa, sendo que existem vários tipos de erro. Por exemplo, suprimir um adjetivo numa sequência de cinco ou seis qualificadores é um erro, uma omissão, mas não chega a comprometer o entendimento, talvez apenas empobrecer um pouco a conferência.

Se o erro em questão for do conferencista, o intérprete, segundo o autor, se vê em um outro dilema: corrigir ou não o erro. Se ele corrigir, alguém da plateia pode achar que o erro foi dos dois, palestrante e intérprete, mas se ele decidir não corrigir podem achar que o erro foi do intérprete.

O autor afirma que a busca por uma perfeição não existe, pois:

Traduzir é sempre um exercício imperfeito, em que tentamos transpor para outro universo semântico idéias e sentimentos que não são nossos. Num tal processo, o resultado será sempre alvo potencial de censura e dissenso. Na tradução, fazemos mais do que simplesmente buscar sinônimos. Somos forçados a interpretar, a intuir o sentido de passagens por vezes dúbias. Fazemos escolhas a todo momento. Elegemos. Tomamos decisões. E com isso, naturalmente, nos arriscamos ao erro (op. cit., p.170).

### 2.2.3. Silvia Broome

No filme “A intérprete”, de 2005, dirigido por Sydney Pollack, podemos ver a representação da atividade exercida pelos intérpretes da ONU. Este filme foi o primeiro e único filme a ser gravado nas instalações oficiais da ONU onde estão localizados o Conselho de Segurança e a Assembléia Geral. Silvia Broome, interpretada pela atriz Nicole Kidman, é uma intérprete da ONU que se vê envolvida em uma ameaça de conflito internacional.



Figura 8 - Prédio onde se localiza a sede das Nações Unidas.



Ao buscar seus pertences em sua cabine de interpretação, ela acaba ouvindo uma conversa em um dialeto africano fictício, chamado “Ku”, e descobre que o líder do país em que viveu na África está em perigo. Após o incidente, ela é reconhecida e perseguida com o intuito de ser silenciada. Com a visita do embaixador do país africano, Silvia é designada para fazer a interpretação da reunião, sem qualquer preparação ou aviso prévio. É formada em Linguística e, apesar de ter nascido nos Estados Unidos, se mudou com a família para Matobo, país africano fictício.



*Figura 9 - Nicole Kidman no papel da intérprete Silvia Broome.*

Durante a seção, a intérprete mantém uma postura profissional, mostrando seriedade e concentração e competência, visto que sua posição pessoal e seus princípios divergem do que está sendo discursado. Há um clima de grande tensão no ar, pois além de um assunto de extrema importância, o embaixador constantemente confere o discurso da intérprete, pois também fala a língua oficial utilizada que, no caso, é o inglês.

A intérprete decide, então, depor para o serviço de segurança das Nações Unidas e contar o que ouviu. Por meio de cochichos, ela ouvira “O professor não sairá daqui vivo”, referindo-se ao Dr. Edmond Zuwanie, chefe de estado do país africano fictício Matobo. Seu depoimento implica no envolvimento de questões éticas da profissão de intérprete como o sigilo, por exemplo.

Suas declarações não são aceitas de imediato como confiáveis, pois ao se pesquisar a vida pessoal da intérprete, descobre-se que ela tem um passado político

intenso e que poderia estar conspirando contra o governo. Seus pais e a irmã mais nova foram mortos em uma explosão de carro ao passar sobre minas plantadas a mando de Zuwanie para afastar rebeldes do território de Motobo. Ao ser questionada sobre sua posição política, a intérprete afirma: “Sou a favor da paz. Por isso trabalho na ONU”. Ela ainda menciona que acredita no poder da diplomacia e também cita que países entram em guerra por falta de comunicação.

Devido ao fato de ter sido testemunha, ela corre perigo de vida. Ela escapa de um atentado onde um dos opositores de Zuwanie, Kuman-Kuman, morre em decorrência da explosão do ônibus onde se encontrava. Simon, irmão de Silvia, o único familiar que lhe restara, também é assassinado por um dos homens de Zuwanie.

Dessa forma, Silvia, que está farta da corrupção e da política de limpeza étnica de Zuwanie, decide fazer justiça com suas próprias mãos. Uma vez no passado, Silvia se viu obrigada a se armar para sua voz e de seu grupo serem ouvidos. Entretanto, acabou tirando a vida de um menino que fora contratado para matá-la. Durante o seu discurso na sede das Nações Unidas, Edmond Zuwanie é vítima do suposto atentado; contudo, descobre-se que tudo não passara de uma farsa, criada para fortalecê-lo e acabar com seus opositores.

Ao ser confinado em uma sala para sua segurança, Zuwanie é confrontado pela intérprete que lhe aponta uma arma com a intenção de matá-lo. Ela o faz lembrar seus ideais no passado e mostra como se tornou corrupto e tirano com o passar do tempo. Após descobrir a farsa, ela desiste de assassiná-lo e, posteriormente, ele é julgado pela Corte Penal Internacional. Após o incidente, ela é considerada uma ameaça para a sociedade e então é deportada para o país onde viveu, Matobo.

O filme aborda a questão da ética profissional do intérprete e, quanto a isso, o autor Juiz Cunha Rodrigues (2003) expõe, em seu artigo publicado no site da AIIC, que:

É certo que o intérprete está vinculado ao Código de Ética adotado pela sua associação profissional, podendo reconhecer-se ao seu estatuto uma eficácia extra-territorial. E que, para além disso, o estatuto pessoal do intérprete poderá ser relevante para apreciar o conteúdo e a extensão dos seus deveres profissionais, o que poderá interessar nomeadamente para definir efeitos cíveis ou criminais. Mas não mais que isso. Tudo o que vier ao conhecimento do intérprete pelo exercício das suas funções fica coberto pelo segredo. Em casos marginais, nomeadamente quando se trate de

situações envolventes (iniciativas, silêncios, atitudes, gestos, conflitos, quem falou com quem, etc), os fatos ficarão protegidos pelo dever de discrição.

Em seu código de ética profissional, mais especificamente no que tange o código de honra, a AIIC se posiciona da seguinte forma:

- a) Os membros da Associação estão sujeitos ao mais rigoroso sigilo, que deve ser válido para todas as pessoas e no que diz respeito a todas as informações divulgadas no decorrer da prática da profissão, em qualquer reunião não aberta ao público.
- b) Os membros devem abster-se de tirar qualquer proveito pessoal de qualquer informação confidencial que pode ter adquirido no exercício das suas funções de intérprete de conferência.

Em um artigo, também publicado pela AIIC, a autora Danielle Gree (2005) expõe algumas considerações sobre o que os intérpretes de verdade pensam sobre o filme de Sydney Pollack. Ela ressalta que, em um primeiro momento, o título do filme “A intérprete” é apropriado, visto que a maior parte das pessoas confunde a profissão com a dos tradutores em geral. Contudo, ela aponta que, no filme, em uma das cenas, uma intérprete da ONU auxilia no interrogatório de um faxineiro português, entretanto os intérpretes da ONU não fazem esse tipo de trabalho na vida real.

Outro aspecto é referente à formação e competências da intérprete representada por Nicole Kidman:

Qualquer profissional ficaria impressionado com a falta de desorganização na cabine de interpretação, pois geralmente temos glossários, discursos, resoluções de fácil acesso. Até mesmo a própria estante de Nicole parece ser mais bem abastecida com guias de viagem que as nossas habituais obras de referência. A intérprete de Pollack parece ter aprendido suas línguas entre sua infância na África, sua passagem pela Europa, e frequentando universidades em diversos países, isso se encaixa com o currículo de muitos intérpretes profissionais. A personagem de Kidman não parece se preparar bem para suas reuniões. Sorte a dela. Na vida real, preparação é parte da rotina diária do intérprete<sup>13</sup>. (Gree, 2005)

A autora afirma que todos os intérpretes trabalham sob algum tipo de controle, tendo lista de afazeres e um intérprete-chefe dando instruções. A

personagem de Nicole Kidman parece não trabalhar nesse tipo de estrutura, sendo que a única pessoa que lhe dá instruções e se preocupa com seu bem estar é seu engenheiro de som. Danielle Gree (op. cit., 2005) ainda questiona a forma com que a intérprete trabalha, pois ela não fornece uma interpretação simultânea, mas sim consecutiva e ao invés de se sentar a mesa com a delegação e tomar notas, como intérpretes profissionais fazem, ela permanece em pé segurando uma agenda e dificilmente faz anotações.

A autora questiona se ela quebra o código de sigilo profissional dos intérpretes, definido pela Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, a já mencionada AIIC. Pelo fato de estar ciente da ameaça de assassinato, e como o assunto não fora divulgado em um encontro, fica clara a sua obrigação de denunciar, apesar de qualquer dever confidencial, o que a faz pagar um alto preço por isso.

Gree (op.cit., p. 2) conclui dizendo que o filme retrata a história da profissão e seus constantes desafios para os intérpretes. “É uma profissão estimulante e instigante, mas felizmente raras vezes tão perigosa quanto se poderia pensar, quando se acompanha as aventuras emocionantes de nossa heroína, brilhantemente interpretada por Nicole Kidman”.

#### **2.2.4. Competências relevantes**

Considerando-se as situações anteriormente analisadas, pode-se concluir que, além dos conhecimentos comuns necessários entre os intérpretes de âmbito geral, os intérpretes que trabalham no âmbito político-governamental devem prestar maior atenção especificamente a algumas competências como:

- Diplomacia e engajamento político, que os ajudará a lidar com situações que envolvem grandes interesses políticos;
- Formação sólida e amplo conhecimento cultural, lexical e político sobre os países envolvidos em seu eixo de trabalho;
- Postura profissional, envolvendo questões como sigilo e discrição.

Pode-se observar que o intérprete deve possuir conhecimentos em política, diplomacia e relações internacionais e também noções de direito. Acerca da diplomacia, de acordo com o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse (2007,

---

<sup>13</sup> Trecho escrito originalmente em inglês e traduzido pelo autor desta monografia.

p.360), a mesma se configura como a ciência de relações internacionais entre Estados e, no caso de competência, seria a arte ou ciência das negociações, sendo o diplomata uma pessoa hábil em tratar com outras pessoas. Certamente um quesito muito importante ao lidar com questões envolvendo as relações internacionais.

## Considerações finais

Concluimos, com o estudo apresentado, o qual se baseou principalmente em Pagura (2003), Magalhães (2007), USHMM (c2010) e AIIC (c2010), que, com o advento das teorias de tradução, bem como com o desenvolvimento de relações internacionais, o século XX vivenciou uma fase da tradução especializada que foi responsável pela criação de uma base para a formação atual de tradutores e intérpretes.

O modelo de interpretação de conferências mais próximo do que conhecemos atualmente teve início com a Primeira Guerra Mundial. Contudo, foi somente durante as experimentações e adaptações do sistema realizadas no Tribunal de Nuremberg que a interpretação simultânea se firmou. O sistema utilizado nos julgamentos era completamente novo e resultou em diversas contribuições, tanto para a atividade, quanto para o desenvolvimento das competências dos intérpretes em um âmbito geral e mais especificamente político-governamental.

Foram desenvolvidos padrões em relação à parte técnica e sobre a prática que, após anos de desenvolvimento e aperfeiçoamento, se mantêm até os dias de hoje. Vimos que grande parte dos intérpretes não tinha preparação formal, pois os critérios levados em conta ao recrutá-los baseavam-se apenas no conhecimento das línguas envolvidas. A partir de relatos dos próprios intérpretes atuantes nos julgamentos de Nuremberg, constatou-se que a maioria acabou aprendendo a profissão na prática, o que, em alguns momentos, afetava a fidelidade e a credibilidade dos testemunhos.

Muitos intérpretes continuaram na profissão após o término dos julgamentos, pois a maior parte acabou sendo recrutada para trabalhar na recém formada ONU. Após essa intensa experiência, ficou clara a necessidade de uma formação sólida para atuar na área de interpretação de conferências.

Ao buscarmos norteadores mais claros e ao tentarmos delinear as possíveis características necessárias ao intérprete de conferências, chegamos, a partir dos padrões exigidos pela AIIC (c2010), às seguintes competências:

- Destreza refinada de sua própria língua nativa;
- O domínio de suas línguas não-nativas;
- Familiaridade com as culturas dos países em que são faladas suas línguas;
- O comprometimento em auxiliar os outros a se comunicarem;

- Interesse e compreensão dos assuntos atuais, além de uma curiosidade insaciável;
- Experiência do mundo fora de casa e da escola e uma ampla formação geral;
- Um bom treinamento (e, geralmente, pelo menos, um diploma universitário de graduação);
- A habilidade de se concentrar e focar no assunto conforme ele se desenvolve;
- Possuir uma voz agradável;
- Agir de forma amigável, com coleguismo;
- Ser calmo, responsável, ter discernimento;
- Estar disposto a aderir às regras de conduta (confidencialidade, por exemplo).

Ao fim do processo, comprovamos a carência de fontes de pesquisa na área, mais especificamente no âmbito político-governamental. Contudo, ao analisarmos a carreira e as situações vividas durante o exercício da profissão dos intérpretes Sérgio Xavier e Marísia Lauré, e também da intérprete fictícia Silvia Broome, podemos apontar as possíveis competências mais relevantes e necessárias ao intérprete para atuar no âmbito político. Dentre as competências gerais, as que se destacaram foram:

- Diplomacia e engajamento político;
- Formação sólida e amplo conhecimento geral;
- Postura profissional, sigilo e discrição.

Percebemos que não existem discrepâncias extremas entre as competências gerais e específicas para o intérprete de âmbito político-governamental, porém existem aquelas que mais se destacam.

Como vimos antes, a barreira linguística não é a única razão pela qual os intérpretes existem, pois pessoas de diferentes países têm diferentes culturas, abordagens intelectuais e níveis de conhecimento. O propósito principal tanto da tradução como da interpretação é fazer com que uma mensagem expressa em determinado idioma seja transposta para outro, a fim de ser compreendida por uma comunidade que não fale o idioma em que essa mensagem foi originalmente concebida. O objetivo final da interpretação é comunicar.

## Referências

A INTÉRPRETE. Direção: Sydney Pollack. Inglaterra, 2005. Duração: 128 min. Gênero: Suspense/ação. 1 DVD.

AIIC. Disponível em: <<http://www.aiic.net/>>, acesso em: 20 de agosto de 2007.

APIC. Disponível em: <<http://www.apic.org.br/>> acesso em 16 de jun. 2010.

BENEDETTI, C.; SOBRAL, A. (Orgs.) **Conversas com tradutores**: balanços e perspectivas da tradução. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Braga, T. Interview With Sérgio Xavier Ferreira, Presidential Interpreter In Brazil. **Newsletter of the Portuguese Language Division of the American Translators Association – ATA**, Alexandria. V.13, n. 3, p. 4-9. Set 2004. Disponível em: <[http://www.pldata.net/newsletter\\_pld/pldata\\_2004\\_09.pdf](http://www.pldata.net/newsletter_pld/pldata_2004_09.pdf)> Acesso em: 23 Set 2010.

CAMPOS, Geir. **O que é tradução**. Rio de Janeiro: Editora brasiliense, 1986.

DEVENS, G. **O Tribunal de Nuremberg**: marco nas relações jurídicas e políticas internacionais do século XX. 2004. 65 f. Trabalho de Conclusão De Curso (Relações Internacionais). Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, São José.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO LAROUSSE. 1ª edição brasileira. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

ELST, P. V. The Nuremberg Trial, 2000. Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page983.htm>> Acesso em: 20 Set 2010.

FLOR, Ana. Em Nova York, Dilma se irrita e "demite" tradutora. Folha Online, São Paulo, 22 maio 2010. Folha Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u738971.shtml>> Acesso em: 23 set. 2010.

GAIBA, F. **The origins of simultaneous interpretation**: the Nuremberg Trial. Canada: University of Ottawa Press, 1998.

GILLIES, Andrew. **Note-Taking for Consecutive Interpreting – A Short Course**. St. Jerome Publishers. Coleção Translation Practices Explained, Vol. 8, 2005.

GREE, D. What the Professionals Really Think of THE INTERPRETER, 2005. Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page1791.htm>> Acesso em: 15 Set 2010.

ICRC. **International Committee of the Red Cross**, c2010. Disponível em: <<http://www.icrc.org/>>. Acesso em 29 Set. 2010.

JONES, Roderick. 2002. **Conference interpreting explained**. Manchester: St, Jerome. LEDERER, M. 1978.



MAGALHÃES, Ewandro Jr. **Sua majestade, o Intérprete**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUREMBERG: Nazis on Trial. Direção: Michael Wadding. Produção: Detlef Siebert. Co-produção: BBC/Discovery Channel, 2006. 1 DVD

PAGURA, Reynaldo José. **A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502003000300013&scr ipt =sciarttext&tlng=en>>. Acesso em: 07 de jun. 2010.

RAMOS, João Ricardo De Jesus. **Julgamentos De Nuremberga**. Worldwar-two (2001), Disponível em: <<http://pt.worldwar-two.net/acontecimentos/84/>> Acesso em: 15 de Out. 2010.

ROBINSON, D. **Construindo o tradutor**. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2002.

RODRIGUES, Delfina. **O poder da tradução ou a tradução do poder**. IV congresso internacional da associação portuguesa de literatura comparada, 2001. Disponível em: <<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/Volumell/O%20PODER%20DA%20TRADUCAO%20OU%20A%20TRADUCAO%20DO%20PODER.pdf>> acesso em: 21 de Set. 2010.

RODRIGUES, J. C. Os intérpretes e o segredo profissional, 2003. Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page1099>> Acesso em: 15 Set 2010.

THEODOR, Erwin. **Tradução: ofício e arte**. São Paulo: Cultrix, 1986.

TRADUÇÃO. **Finetext**, 2010. Disponível em: <<http://www.finetext.de/brazilian/Traducao.php>>. Acesso em 20 set. 2010.

Translations at the International Military Tribunal. Dimensions: A Journal of Holocaust Studies, Volume 19, 2006. Disponível em: <[http://www.adl.org/education/dimensions\\_19/section1/translations.asp](http://www.adl.org/education/dimensions_19/section1/translations.asp)> Acesso em: 22 set. 2010.

TREVISAN, A. F.; AMARAL, S. T. O Tribunal De Nuremberg E Polêmica Das Sanções Adotadas. ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 21-76-8498, Vol. 4, No 4, (2008). Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1595/1513>> Acesso em: 20 de Out. 2010.

USHMM. **United States Holocaust Memorial Museum**, c2010. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/>>. Acesso em 13 Set. 2010.

VIAGGIO, Sergio. The Tribulations of a Chief Interpreter, 2003. Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page1324.htm>>. Acesso em: 20 Set 2010.

WYLER, Lia. **Línguas, poetas e bacharéis**: uma crônica da tradução no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

## **Anexo I – Relato de Patrícia Vander Elst, membro da AIIIC, sobre os julgamentos de Nuremberg**

### **The Nuremberg Trial**

**The War was over. An International Military Tribunal had been set up in Nuremberg to try the leading Nazi war criminals. The Main Trial lasted from November 1945 until the verdicts on 30<sup>th</sup> September 1946 - and I was present during the last four months.**

By Patricia VANDER ELST

After going to school in Berlin where I lived with my English parents until a few days before the German attack on Poland, I ended up in Switzerland where I saw out the war and spent my last six years of formal education at French-speaking schools and universities.

In Nuremberg, the Trial was being conducted in English, French, Russian and German and was using the novel and largely untried system of simultaneous interpretation. Due to the length of the trial, some interpreters were leaving and had to be replaced. Monitors were dispatched to look for new talent. A test was organised at the Geneva University School of Interpreters which, to my surprise, I passed. We had learnt consecutive interpretation only and to find myself speaking into a microphone at the same time that I was listening to a disembodied voice through earphones was thoroughly disconcerting.

With the ink of my degree scarcely dry, I set out for Nuremberg. It was my first job and, though I did not know it at the time, also my biggest. I went into it with the innocent enthusiasm of my 21 years, looking forward to the freedom from home, the glamour of a foreign assignment and the lure of the unknown. Four months later, the Trial over, I left: ten years older, a great deal wiser, and, indeed, an interpreter.

En-route, I got lost near Frankfurt in a muddle of travel vouchers, curfews and non-existent trains. When I did reach Nuremberg, I was billeted at the Grand Hotel where I was allowed to remain for the duration. I spent a week in the public gallery listening to the proceedings in the Court Room. Then, after a brief test in the booth during a lunch-break, I was told I would be starting in earnest the following day. I felt it was a matter of sink or swim. I swam.

The lay-out of the Court Room was simple and compact. The accused faced the judges, with assorted German counsel and court reporters in between. Our four booths were at right angles and in very close proximity to the defendants. We could watch them and they often watched us. Facing the interpreters were three sets of Prosecution tables which made up the fourth side of the Court, with the Press and public beyond.

By today's sophisticated technical standards, the booths and the equipment were primitive. We sat in three-sided glass boxes open at the top. Because of the tight fit, it was impossible to leave the booths except during breaks when we would shuffle out in reverse order to the way we had shuffled in. The earphones were clumsy things and each booth of three interpreters had to share one hand-held microphone which was passed to whoever was working from the language just being spoken.

The system broke down quite frequently and the sound could be bad, but we learned to improvise. Looking back, I am amazed how well we coped and how quickly we acquired the new skills. One of the things we learnt to do fast and well was sight-reading. By the time I got to Nuremberg, it was usual for untranslated prepared speeches to be given to us in writing, which was enormously helpful. Any misgivings I had about my ability to meet the challenge would vanish as soon as I walked into the booth, much like an actor shedding stage-fright when setting foot on the boards.

The monitors would keep a constant close watch on our performance and would tell us where we went wrong or how to improve our delivery. I was told to pitch my voice lower, which I did. Ever since, I have been much aware of the quality of an interpreter's voice and wonder why our occasional screech-owls or excessive regional accents have not been brought to task.

We worked two days in a row and had the third day off. One team was on for 1 1/2 hours in the morning and again for 1 1/2 hours in the afternoon. While a second team took over for the other half of the morning and afternoon, we would sit in a nearby room which was equipped with ear-phones and where we could follow the proceedings in the Court. There it was that I listened to Lord Justice Lawrence handing down the sentences. The room was packed then, the atmosphere quite as tense and as solemn as in the Court Room itself.

The interpreters were, I think, quite a pleasant cosmopolitan lot; a mixture of ages and nationalities, professions and opinions - including several refugees and Jews.

Living amidst a sullen native population, in a town that was just a heap of rubble, was stressful, as indeed was the never-ending recital of horrors in the Court Room. I learnt to ignore the first and overcame the strain in Court by concentrating on the work itself. I was greatly helped in this by the remarkable team spirit among the interpreters and by the close and, as it turned out, life-long friendship with some of them. We let off steam dancing the night away in the Marble Room of the Grand Hotel. We had a lot of fun, an indispensable antidote to the Court Room blues.

In Court, whatever our private thoughts, it was necessary to remain neutral when working. From being a blur of concentrated human malice the defendants, little by little, emerged as individuals. One could even admire Goering for his intelligence and dignity and share his open contempt for the slimy Streicher. Kaltenbrunner scared me, he was so palpably evil. The closing speech Hess made left me in no doubt that he was completely mad. We all liked Fritzsche who was only there as a substitute for his dead master Goebbels, and we were glad he was acquitted.

After the verdicts and the ensuing release of tension, I had had enough of Nuremberg. Whereas I had been working from French into English at the Main Trial, I was supposed to transfer to the German booth for the Subsequent Proceedings. I was rescued by the Chief Interpreter of UNESCO who selected me, along with a few others, to work at the First General Conference in Paris (English/French consecutive). I was released from my Nuremberg contract and left.

I returned to Nuremberg recently. The town has been rebuilt, the scars of war no longer visible. The Court Room, after 54 years, seems smaller. A wall now partitions it where the front of the public gallery had been. The large dock has been rebuilt for fewer defendants. The oppressive dark wood panelling and heavy marble door frames remain, though, as does the small lift door at the back of the dock through which the Nazi leaders were daily brought to account. But I had no feeling of past personal involvement. The Nuremberg Trial had become history.

Patricia Vander Elst (formerly Patricia Jordan) is a Brussels-based active member of AIIC. She wrote this text in December 2000<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/page983.htm>> Acesso em: 20 Set 2010.